

ENSEADA INDÚSTRIA NAVAL S/A
(Em recuperação judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

ENSEADA INDÚSTRIA NAVAL S/A
(Em recuperação judicial)

Demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Enseada Indústria Naval S/A - Em Recuperação Judicial
Maragogipe - BA

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Enseada Indústria Naval S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enseada Indústria Naval S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1) Limitações na avaliação de *impairment* sobre contas a receber de clientes

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado na rubrica "Contas a receber de clientes", no ativo não circulante, o montante de R\$ 1.264.507, correspondente a títulos vencidos basicamente junto às subsidiárias da Sete Brasil Participações S/A, que, em abril de 2016, ingressou com pedido de recuperação judicial, cujo plano foi homologado em Assembleia Geral de Credores realizada em novembro de 2018. A Companhia, com base em estimativa para cobrir eventuais perdas na realização destas contas a receber, mantém provisão para perdas no montante de R\$ 1.208.948.

A Companhia mantém agenda de discussões, tanto na esfera judicial como administrativa, junto a Sete Brasil Participações S/A com o objetivo de firmar acordo para recebimento dos títulos inadimplidos. Em função das limitações que envolvem as discussões em andamento, não é possível concluir sobre a análise de *impairment* apresentada pela Companhia para estes títulos em aberto há longa data, bem como determinar eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Enseada Indústria Naval S/A - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2021.

2) Limitações na avaliação de *impairment* sobre os tributos e contribuições a recuperar

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui registrados na rubrica "Tributos e contribuições a recuperar", no ativo circulante e não circulante, os montantes de R\$ 6.040 e R\$ 251.230, respectivamente, correspondentes a impostos a recuperar, na sua grande maioria, incidentes sobre o custo de construção do estaleiro apresentado como imobilizado. A recuperação desses ativos está diretamente relacionada a retomada das operações visto que sua realização ocorrerá por meio de compensação com futuros tributos ou por meio de pedido de ressarcimento em espécie.

Em virtude das incertezas relacionadas a continuidade operacional da Companhia e do processo que envolve um pedido de ressarcimento em espécie junto a órgãos públicos, o qual demanda uma revisão por parte do credor para fins de deliberação da referida restituição, não nos foi possível concluir sobre a análise de *impairment* para estes impostos a recuperar em aberto de longa data, cuja realização financeira dependerá de eventos futuros, bem como determinar eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Enseada Indústria Naval S/A - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2021.

3) Limitações na avaliação de *impairment* sobre o ativo imobilizado e intangível

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 16 e 17 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui registrados nas rubricas “Imobilizado” e “Intangível” os montantes de R\$ 822.572 e de R\$ 90.441, respectivamente. A administração da Companhia, fundamentada em projeções econômicas e financeiras, entende que esses ativos serão recuperados pelos seus valores em uso quando o estaleiro atingir sua operação plena ou em uma possível venda. Em função das limitações decorrentes dessas projeções econômicas e financeiras empregarem premissas que não estão exclusivamente sob controle da Companhia, não é possível concluir sobre a análise de *impairment* apresentada para o ativo imobilizado e intangível, bem como determinar eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Enseada Indústria Naval S/A - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Enseada Indústria Naval S.A. - Em Recuperação Judicial e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 3.1 e 3.4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, onde a Companhia informa ter implementado a reestruturação do passivo vencido, por meio da homologação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), nos termos originalmente apresentados, bem como vem buscando um reposicionamento estratégico com foco na obtenção de novas receitas. Apesar disso, o conjunto de ações implementadas ainda não foram suficientes para reequilibrar o capital circulante líquido, que apresenta-se negativo no montante de R\$ 204.935 na controladora e de R\$ 233.497 no consolidado. Tal situação, associada à ausência de atividade operacional em volume compatível à capacidade instalada e à abrangência dos assuntos necessários ao sucesso de seu plano de negócios, indica a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Enseada Indústria Naval S.A. - Em Recuperação Judicial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por nós que emitimos relatório em 23 de julho de 2021, com abstenção de opinião sobre essas demonstrações contábeis em função dos seguintes assuntos: i) múltiplas e significativas incertezas relacionadas aos efeitos do processo de recuperação judicial, sem efeito para o período atual, pois, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve a aprovação dos credores, homologação e publicação do Plano de Recuperação Judicial; ii) limitações na avaliação de *impairment* sobre o contas a receber de clientes; iii) limitações na avaliação de *impairment* sobre os tributos e contribuições a recuperar; e iv) limitações na avaliação de *impairment* sobre o ativo imobilizado e intangível, ressalvadas no exercício atual.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 25 de maio de 2022.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	21.410	7.810	21.412	7.827	Fornecedores e subempreiteiros	18	2.220	879.498	30.784	920.516
Contas a receber de clientes	12	1.589	1.868	1.589	1.868	Financiamentos	19	239.186	1.766.494	239.186	1.766.494
Estoques	13	22.203	23.227	22.203	23.227	Salários e encargos sociais		6.578	5.991	6.578	5.991
Tributos e contribuições a recuperar	14	6.040	16.294	6.040	16.294	Tributos a recolher		1.300	475	1.300	475
Outros ativos		1.289	948	1.289	948	Adiantamentos de clientes	20	4.198	650	4.198	650
		<u>52.531</u>	<u>50.147</u>	<u>52.533</u>	<u>50.164</u>	Outros passivos	22	3.984		3.984	
								<u>257.466</u>	<u>2.653.108</u>	<u>286.030</u>	<u>2.694.126</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Contas a receber de clientes	12	55.483	121.847	55.483	121.847	Fornecedores e subempreiteiros	18	168.893	531.502	168.893	531.502
Tributos e contribuições a recuperar	14	251.230	247.820	251.230	247.820	Financiamentos	19	385.832		385.832	
Outros ativos		2.573	2.160	2.573	2.160	Provisão para perda em investimento	15	28.562	41.001		
		<u>309.286</u>	<u>371.827</u>	<u>309.286</u>	<u>371.827</u>	Adiantamentos de clientes	20	33.722	560.959	33.722	560.959
Imobilizado	16	822.572	2.903.905	822.572	2.903.905	Mútuos com empresas ligadas	31	351	85.371	351	85.371
Intangível	17	90.441	90.448	90.441	90.448	Adiantamentos para futuro aumento de capital	31	27.081	17.505	27.081	17.505
		<u>1.222.299</u>	<u>3.366.180</u>	<u>1.222.299</u>	<u>3.366.180</u>	Outras contas a pagar com empresas ligadas	31	223	54.141	223	54.141
						Provisões	21	13.843	14.588	13.843	14.588
						Outros passivos	22	6.643	13.952	6.643	13.952
								<u>665.150</u>	<u>1.319.019</u>	<u>636.588</u>	<u>1.278.018</u>
						Patrimônio líquido					
						Atribuído aos acionistas da Companhia					
						Capital social	25.1	438.679	438.679	438.679	438.679
						Reserva de capital	25.2	20.674	20.674	20.674	20.674
						Prejuízos acumulados	26	(107.139)	(1.015.153)	(107.139)	(1.015.153)
								<u>352.214</u>	<u>(555.800)</u>	<u>352.214</u>	<u>(555.800)</u>
Total do ativo		<u>1.274.830</u>	<u>3.416.327</u>	<u>1.274.832</u>	<u>3.416.344</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.274.830</u>	<u>3.416.327</u>	<u>1.274.832</u>	<u>3.416.344</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Operações continuadas					
Receita de contratos com clientes	28	45.331	4.477	45.331	4.477
Custo das vendas	29	(24.052)	(1.636)	(24.052)	(1.636)
Custo com ociosidade	29	(1.878)	(567)	(1.878)	(567)
Lucro bruto		19.401	2.274	19.401	2.274
Despesas gerais e administrativas	29	(48.327)	(46.627)	(48.363)	(46.691)
Perda na realização de contas a receber de clientes	29	(40.120)	(19.370)	(40.120)	(19.370)
Perda por <i>impairment</i> de ativo imobilizado	29	(2.068.950)		(2.068.950)	
Participação nos lucros (prejuízos) de controlada	15.2	12.346	(20.519)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		795	20.559	795	20.559
Prejuízo operacional		(2.124.855)	(63.683)	(2.137.237)	(43.228)
Resultado financeiro, líquido	30	3.032.869	(408.418)	3.045.251	(428.873)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		908.014	(472.101)	908.014	(472.101)
Resultado por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	27			1,38	(0,72)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	908.014	(472.101)	908.014	(472.101)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>908.014</u>	<u>(472.101)</u>	<u>908.014</u>	<u>(472.101)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Enseada Indústria Naval - em Recuperação Judicial

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuível aos acionistas da Companhia			Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	
Em 1º de janeiro de 2020	438.679	20.674	(543.052)	(83.699)
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício			(472.101)	(472.101)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>438.679</u>	<u>20.674</u>	<u>(1.015.153)</u>	<u>(555.800)</u>
Resultado abrangente do exercício				
Lucro líquido do exercício			908.014	908.014
Em 31 de dezembro de 2021	<u>438.679</u>	<u>20.674</u>	<u>(107.139)</u>	<u>352.214</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		908.014	(472.101)	908.014	(472.101)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo)					
Depreciação e amortização	16 e 17	10.334	12.038	10.334	12.038
Depreciação - Ociosidade	16	1.878	567	1.878	567
Resultado de controlada reconhecido por equivalência	15.2	(12.346)	20.519		
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	29	40.120	19.370	40.120	19.370
<i>Impairment</i> de imobilizado	29	2.068.950		2.068.950	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		191.855	407.623	179.465	428.077
Ajuste a valor justo dos passivos da recuperação judicial	8	(3.226.229)		(3.226.229)	
Ganho sobre baixa de imobilizado e intangível		(1.056)	(2)	(1.056)	(2)
Variação nas provisões		(745)	(2.177)	(745)	(2.177)
Variações no capital circulante					
Contas a receber de clientes		279	993	279	993
Estoques		1.024	(10.078)	1.024	(10.078)
Tributos e contribuições a recuperar		6.843	3.688	6.844	3.688
Outros ativos		(758)	(616)	(759)	(617)
Fornecedores e subempreiteiros		(268)	2.421	(332)	2.486
Adiantamentos de clientes		2.680	931	2.680	931
Salários e encargos sociais		587	107	587	107
Tributos a recolher		1.547	(48)	1.547	(48)
Outros passivos		9.840	566	9.840	566
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		2.549	(16.199)	2.441	(16.200)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Recursos recebidos na venda de ativo imobilizado		1.258	2	1.258	2
Adições ao investimento	15.2	(93)			
Adições ao imobilizado	16	(24)		(24)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		1.141	2	1.234	2
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Adiantamentos para futuro aumento de capital	31	9.577	5.401	9.577	5.401
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		9.577	5.401	9.577	5.401
Variação cambial no caixa e equivalentes de caixa		333	3.863	333	3.867
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes		13.600	(6.933)	13.585	(6.930)
Representado por					
Caixa e equivalentes no início do exercício		7.810	14.743	7.827	14.757
Caixa e equivalentes no final do exercício		21.410	7.810	21.412	7.827
Aumento (redução) de caixa e equivalentes		13.600	(6.933)	13.585	(6.930)

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial (“Enseada” ou “Companhia”) e, de forma conjunta com sua controlada (“Grupo” ou “Consolidado”), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Maragogipe-BA, que tem como objeto social a realização de atividades de construção naval e de engenharia, dentre elas a construção de plataformas marítimas de perfuração; plataformas marítimas de produção fixa e móvel; de navios e/ou embarcações, especialmente para empresas do setor petrolífero e de gás natural, como também o exercício de outras atividades correlatas. Como parte do plano de diversificação de seus negócios, a Companhia passou a atuar na prestação de serviços portuários.

A Companhia é uma subsidiária integral da Enseada Indústria Naval Participações S.A. - em Recuperação Judicial (“Enseada Participações”).

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 25 de maio de 2022.

2 Eventos relevantes ocorridos no exercício

2.1 Principais eventos

O Balanço Patrimonial, os fluxos de caixa e o desempenho da Companhia foram particularmente afetados pelos seguintes eventos e transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

- Baseada na análise de risco dos créditos com as 6 subsidiárias da Sete Brasil Participações S.A. (“Subsidiárias Sete Brasil”) e, em conjunto com sua controladora a Sete Brasil Participações S.A. - em Recuperação Judicial (“Sete Brasil”), que leva em consideração a situação econômico-financeira das referidas empresas, a Companhia conduziu o teste de redução ao valor recuperável para o referido contas a receber que resultou, em 31 de dezembro de 2021, no complemento da perda por *impairment* no montante de R\$ 40.120, registrada no resultado como “Perda na realização de contas a receber de clientes” (Nota 29).
- Baseada na premissa de que o valor justo dos ativos fixos deve ser equivalente ao valor justo das dívidas reestruturadas pelo Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), a Enseada testou o valor contábil do seu ativo imobilizado, o qual foi reduzido ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por *impairment* no montante de R\$ 2.068.950, em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica “Perda por *impairment* de ativo imobilizado” (Nota 29).
- Em virtude do Plano de Recuperação Judicial aprovado, os saldos novados foram recalculados de acordo com os termos e condições existentes, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida e foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursais, equivalente ao valor presente na data da homologação do PRJ, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro. O impacto contábil do ajuste a valor justo no montante de R\$ 3.226.229, demonstrado na Nota 8, foi registrado em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica “Resultado financeiro, líquido” (Nota 30). Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 3.1.
- Ao longo de 2021, a Enseada assinou alguns contratos para a prestação de serviços portuários de armazenagem e movimentação de cargas para a execução de operações de exportação de minério de ferro, através do seu terminal portuário de uso privado, localizado no município de Maragogipe-BA. Assim, a Companhia reconheceu uma receita bruta de R\$ 50.119 no resultado do exercício (Nota 28).

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a OMS - Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. Desde então, a Companhia vem adotando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança de seus empregados, bem como para garantir a continuidade de suas operações.

A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia e de eventuais novas restrições impostas pelos governos.

Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações contábeis.

A Administração entende que, apesar de seus efeitos não terem causado impactos significativos nas operações em curso da Enseada, tiveram impacto nas atividades comerciais para a conquista de novos contratos, uma vez que diversos projetos prospectivos foram adiados em função da pandemia. No entanto, estima-se que tais impactos são pontuais e desta forma não impactaram o valor justo dos ativos e passivos da Companhia até o momento.

Considerando a análise das informações, até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados riscos que necessitem a implementação de alguma medida específica para mitigar os impactos da pandemia nas operações e nas demonstrações contábeis da Enseada.

3 Informações gerais

3.1 Recuperação judicial da Enseada Participações e Enseada, referidas em conjunto apenas como "Grupo Enseada"

3.1.1 Contexto geral

Desde o final de 2014, fatores externos, sobretudo os graves e sucessivos inadimplementos contratuais por parte de seus clientes, conduziram a Enseada a uma grave crise econômico-financeira.

Numa primeira tentativa de superar sua instabilidade financeira e para reestruturar a dívida perante determinados grupos de credores, a Enseada entrou, no início de 2017, com pedido de recuperação extrajudicial junto ao Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Em novembro de 2017, o Juízo da 6ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial da Enseada.

No entanto, apesar desta medida sanear significativamente suas finanças, não foi suficiente para garantir o planejado soerguimento financeiro da Enseada, haja vista que as previsões de recuperação do segmento naval e *offshore* não se confirmaram no tempo inicialmente esperado, bem como o inadimplemento de seus clientes não fora sanado.

Diante dos fatos, em 25 de junho de 2019, a Enseada Participações e a Enseada obtiveram aprovação dos acionistas para pedir a recuperação judicial da Companhia e de sua controladora, nos termos do artigo 122, inciso IX, da Lei nº 6.404/76, cujos principais eventos relacionados às fases processuais da Recuperação Judicial são os seguintes:

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Data</u>	<u>Principais eventos</u>
Em 4 de outubro de 2019	A Enseada Participações ajuizou, em conjunto com a sua subsidiária integral direta Enseada e nos termos da Lei nº 11.101/05, o pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.
Em 9 de outubro de 2019	O Juízo da 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação Judicial") deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo Enseada.
Em 27 de novembro de 2019	O Juízo da Recuperação Judicial nomeou a Laspro Consultores Ltda. para exercer a função de administrador judicial do Grupo Enseada.
Em 13 de dezembro de 2019	O Grupo Enseada protocolou o PRJ, no qual foram estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento, bem como o laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos.
Em 21 de janeiro de 2020	Foi publicado pelo Administrador Judicial, o primeiro quadro geral de credores do Grupo Enseada, após fase administrativa de habilitações e impugnações.
Em 14 de setembro de 2021	A nona versão do Plano de Recuperação Judicial foi aprovada por ampla maioria de credores do Grupo Enseada.
Em 28 de outubro de 2021	O Juízo da Recuperação Judicial proferiu sentença em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Enseada, a qual foi publicada em 16 de novembro de 2021 ("Homologação do PRJ"), dando início ao prazo para que os credores das Recuperandas pudessem escolher entre as opções de pagamento e receber os seus respectivos créditos na forma prevista no PRJ.

Com a homologação do plano do Grupo Enseada, os efeitos da reestruturação dos passivos foram registrados dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em cumprimento ao CPC 48 "Instrumentos Financeiros", os passivos reestruturados no âmbito do Plano, cuja modificação em relação aos contratos originais foi substancial, foram desreconhecidos e novos passivos foram reconhecidos ao valor justo, pela metodologia do fluxo de caixa descontado, utilizando a taxa de desconto de 16,73%.

Os impactos provenientes do reconhecimento inicial dos termos e condições do PRJ são apresentados na Nota 8.

3.1.2 Propostas de pagamento do PRJ aprovado em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), em 14 de setembro de 2021 e homologado pelo Juízo da Recuperação judicial no dia 28 de outubro de 2021

(a) Plano para credores

Este item apresenta, de maneira sintetizada, as principais condições do Plano para pagamento aos Credores do Grupo Enseada, incluindo determinadas informações sobre as condições financeiras presentes no PRJ aprovado na AGC de 14 de setembro de 2021 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 28 de outubro de 2021.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, a orientação é consultar os termos do PRJ disponibilizado no site do administrador judicial <https://lasproconsultores.com.br/recuperacao-judicial/>. Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ, deverá prevalecer o PRJ.

Note-se que, conforme definido no Anexo 1.1 do PRJ, para todos os efeitos do Plano, inclusive para fins de contagem do prazo das condições de pagamento, considera-se que a homologação judicial do PRJ ocorre na data da publicação, no Diário de Justiça Eletrônico, da decisão judicial que concedeu a recuperação judicial do Grupo Enseada ocorrida em 28 de outubro de 2021 e publicada em 16 de novembro de 2021.

(b) Classe I - Credores trabalhistas

O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo:

(i) Créditos trabalhistas incontroversos

Devem ser pagos dentro do prazo de 12 meses a contar da Homologação do PRJ, desde que e apenas se, nesse prazo, ocorram Eventos de Liquidez que resultem numa Geração de Caixa Livre de, no mínimo, R\$ 100 milhões para o Grupo Enseada.

Na hipótese de os Eventos de Liquidez não ocorrerem no prazo acima mencionado, os Créditos Trabalhistas Incontroversos devem ser pagos da seguinte forma:

- i. O valor correspondente a até 30 salários-mínimos: será pago no prazo de até 30 dias a contar da Homologação do PRJ, sempre observando o montante integral do crédito do referido credor; e
- ii. O eventual saldo remanescente, até o limite de 120 salários-mínimos: será pago até o final do 11º mês subsequente ao pagamento previsto no item 'i', sempre observando o valor de cada crédito individualmente.

Os credores trabalhistas que desejarem antecipar o recebimento da parcela do item 'ii' acima, poderão optar por recebê-la em até 30 dias contados da Homologação do PRJ, com desconto de 50% sobre o respectivo valor remanescente, limitado a 60 salários-mínimos por credor, em adição ao pagamento previsto no item 'i' acima.

Na hipótese de não ocorrência dos Eventos de Liquidez nos 12 meses após a Homologação do PRJ, para os Credores Trabalhistas cujos créditos superem 150 salários-mínimos, e que, portanto, ainda não tenham sido integralmente satisfeitos por meio dos pagamentos previstos anteriormente, seus respectivos saldos remanescentes serão quitados sem desconto em, ao menos, 5 parcelas iguais e anuais, com recursos disponíveis na Reserva Técnica, desde que respeitadas as seguintes condições: (i) os valores destinados anualmente aos Credores Trabalhistas estarão limitados ao equivalente a 20% dos recursos que serão destinados anualmente à Reserva Técnica, a título de Resultado para Fins de Partilha; (ii) caso em algum ano não haja Resultado para Fins de Partilha positivo, ou caso os recursos calculados na forma do item (i) deste tópico não sejam suficientes para o pagamento da respectiva parcela anual, o saldo remanescente da parcela prevista para aquele ano será incorporado à parcela prevista para o exercício seguinte e assim por diante. Essas parcelas serão corrigidas anualmente pela Taxa Referencial ("TR"), a partir da data de Homologação do PRJ, sendo que a correção total apurada nos respectivos períodos será paga apenas com a última parcela dos pagamentos previstos neste Plano.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Créditos trabalhistas controvertidos

Devem ser pagos da mesma forma estabelecida para os créditos trabalhistas incontroversos, após os valores serem fixados em sede de homologação de cálculos transitada em julgado, posteriores às sentenças condenatórias transitadas em julgado, que decidirem a reclamação trabalhista ou homologatórias de acordo, conforme o caso. Em qualquer caso, os prazos para pagamento dos créditos trabalhistas controvertidos terão início somente quando do trânsito em julgado das respectivas homologações de cálculos posteriores às sentenças condenatórias definitivas ou homologatórias de acordo.

Ambos os credores devem seguir os procedimentos mínimos de envio das contas bancárias e comunicações para que seja possível à Enseada efetuar o depósito dos valores, de acordo com o que está disposto no Plano.

(c) Classe II - Créditos com garantia real e dos créditos extraconcursais reestruturados detidos pelos credores com garantia real

Os credores da Classe II devem ser pagos conforme abaixo:

Serão pagos por meio dos recursos provenientes da alienação das Unidades Produtivas Isoladas ("UPI's"): UPI Porto, da UPI Industrial e da UPI Estaleiro, nos termos e nas proporções previstas no PRJ.

(i) Pagamento no período inicial

O que ocorrer primeiro ("Período Inicial"):

- Durante o prazo de 4 anos para alienação das UPI's;
- Até que tais UPIs sejam efetivamente alienadas; ou
- Até que as UPI's tenham seu controle assumido através da subscrição dos bônus descritos na Nota 3.1.3.

Os Credores com Garantia Real e Credores com Créditos Extraconcursais Reestruturados detidos pelos Credores com Garantia Real terão direito a uma participação nos resultados operacionais do Grupo Enseada, de acordo com a Cascata de Pagamentos descrita na Nota 3.1.2(g).

Dado que os Credores da Classe II gozam de condições preferenciais, justamente por deterem garantias reais e fiduciárias, os seus créditos continuarão com o valor de face, sem qualquer deságio, com direito a uma parcela mais expressiva dos resultados da Enseada, na comparação com os Credores Quirografários, na forma da Cascata de Pagamentos descrita na Nota 3.1.2(g).

(ii) Distribuição adicional de recursos no período inicial (mecanismo de "Cash sweep")

Caso o saldo da Reserva Técnica atinja um patamar superior a 15% da receita líquida da Companhia do ano anterior, verificado no encerramento de um determinado exercício ("Limite da Reserva Técnica"), a Enseada fará uma distribuição adicional equivalente a todo o montante que exceder o Limite da Reserva Técnica (mecanismo de "Cash sweep"). Esse valor de distribuição adicional será partilhado na proporção de:

- 78,6% para os Credores com Garantia Real e Credores com Créditos Extraconcursais Reestruturados detidos pelos Credores com Garantia Real; e
- 21,4% para os Credores Quirografários que tiverem optado pela Opção A (Nota 3.1.2 (d)(i)).

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em adição à obrigação do mecanismo de *Cash sweep*, tem-se a seguinte garantia adicional para os Credores da Classe II: caso o saldo da Reserva Técnica supere anualmente o montante de R\$ 90 milhões, 50% do montante excedente deverá ser depositado em uma Conta Reserva junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, à escolha dos Credores com Garantia Real, até o limite dos Pagamentos Mínimos Garantidos do exercício subsequente.

O valor dos créditos com garantia real será anualmente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), a partir de 4 de outubro de 2019 (data da distribuição do pedido de recuperação judicial). Em todos os casos, a correção monetária será incorporada ao respectivo saldo devedor, o qual será pago na forma dos rateios acima prevista.

(iii) Pagamentos mínimos garantidos

Independentemente da apuração e pagamento dos valores na forma da Cascata de Pagamentos descrita na Nota 3.1.2(g), as Recuperandas também apresentam Cronograma de Pagamentos Mínimos Garantidos, o qual contempla o pagamento de parcela mínima dos créditos da Classe II, nos valores e prazos fixados da seguinte forma:

- Entre 15º e 23º mês após a Homologação do PRJ: pagamento de juros mensais de R\$ 100 mil;
- Entre 24º e 36º mês após a Homologação do PRJ: pagamento de juros mensais de R\$ 130 mil; e
- Entre 37º e 48º mês após a Homologação do PRJ: pagamento de juros mensais de R\$ 150 mil.

Caso os valores apurados a serem distribuídos na forma da Cascata de Pagamentos descrita na Nota 3.1.2(g) sejam inferiores aos valores mínimos previstos para aquele mesmo período no Cronograma de Pagamentos Mínimos Garantidos, as Recuperandas ficam obrigadas a pagar aos Credores da Classe II essa diferença a maior, de modo que lhes seja assegurado, em qualquer hipótese, o direito ao recebimento do valor referente ao Pagamento Mínimo Garantido.

(iv) Extraconcursalidade e garantia fiduciária

Os Créditos Extraconcursais Reestruturados detidos pelos Credores com Garantia Real serão pagos com recursos provenientes da alienação das UPI's, bem como também terão direito a uma participação nos resultados operacionais do Grupo Enseada, nas mesmas condições dadas aos Credores com Garantia Real, mantendo-se inalteradas todas as garantias por eles detidas, sendo o valor destes Créditos Extraconcursais Reestruturados anualmente corrigido pelo IPCA, sendo tal correção incorporada ao respectivo saldo devedor.

(d) Classe III - Credores quirografários

Serão pagos por meio de uma das três opções descritas a seguir, à escolha de cada Credor Quirografário.

(i) Opção A de pagamento

Pagamento do respectivo crédito quirografário pelo seu valor de face, através da distribuição de parte dos resultados operacionais da Enseada, de acordo com a Cascata de Pagamentos descrita na Nota 3.1.2(g), sendo dada quitação da dívida contra o recebimento de tais valores.

Os créditos quirografários da Opção A também estão sujeitos a distribuição adicional de recursos no período inicial (mecanismo de "*Cash sweep*"), conforme prevista na Nota 3.1.2 (c)(ii).

O Credor Quirografário que tiver restrições para o recebimento da dívida reestruturada nos termos das opções A ou C, ficará automaticamente enquadrado na Opção B (B.1 ou B.2, à livre escolha do credor), conforme descrito a seguir.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor dos créditos quirografários que optarem pela Opção A será anualmente corrigido pela TR, acrescida de 0,5% a.a., a serem contatos a partir de 4 de outubro de 2019 (data da distribuição do pedido de recuperação judicial), sendo tal correção incorporada ao respectivo saldo devedor, o qual será pago na forma prevista dos rateios.

(ii) Opção B de pagamento

O Grupo Enseada pagará o crédito quirografário em dinheiro, de acordo com uma das alternativas e descontos descritos abaixo, a critério do Credor Quirografário:

- Opção B.1 - Pagamento de até R\$ 10 mil, com desconto de, ao menos, 50% do valor do crédito, os quais deverão ser quitados em 30 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira paga até o 12º mês após a Homologação do PRJ. Essas parcelas serão corrigidas anualmente pela variação da TR, acrescida de 0,5% a.a., a partir de 4 de outubro de 2019 (data da distribuição do pedido de recuperação judicial), sendo que a correção total apurada nos respectivos períodos será paga apenas com a última parcela dos pagamentos previstos no Plano.
- Opção B.2 - Pagamento de até R\$ 25 mil, com desconto de, ao menos, 80% do valor do crédito, os quais deverão ser quitados em 60 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira paga até o 30º mês após a Homologação do PRJ. Essas parcelas serão corrigidas anualmente pela variação da TR, acrescida de 0,5% a.a., a partir de 4 de outubro de 2019 (data da distribuição do pedido de recuperação judicial), sendo que a correção total apurada nos respectivos períodos será paga apenas com a última parcela dos pagamentos previstos no Plano.

(iii) Opção C de pagamento

Pagamento de seus créditos por meio dos recursos provenientes da alienação da UPI Porto, da UPI Industrial e da UPI Estaleiro, nos termos e nas proporções previstas no PRJ.

(iv) Outras informações sobre os créditos quirografários

- No prazo de 90 dias contados da Homologação do PRJ, os Credores Quirografários deverão informar ao Grupo Enseada caso optem pela Opção B.1 ou B.2, sendo esta escolha final, definitiva, vinculante e irrevogável, e somente será possível a retratação posterior ou a mudança de opção com a concordância do Grupo Enseada. Em caso de não formalização desta escolha, serão considerados, para todos os efeitos, como tendo escolhido a Opção A, podendo este credor alterar sua opção pela Opção C em até 30 dias da publicação do edital de venda das UPI's.
- Os Credores Quirografários que celebraram contratos ou acordos com a Enseada antes do início da Recuperação Judicial, cujos equipamentos ou materiais não sejam mais de interesse da Enseada, poderão recebê-los, implicando na quitação das obrigações da Enseada para com estes credores.
- Os Credores Quirografários que tenham ajuizado impugnação de crédito pretendendo o reconhecimento da extraconcursalidade do seu crédito, poderão, a qualquer momento, sem prejuízo, optar por aderir ao Plano e receber a integralidade de seus créditos.
- Somente serão pagos créditos quirografários constantes da Lista de Credores. Na hipótese de majoração do crédito ou inclusão de novo crédito quirografário, em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, os respectivos montantes adicionais serão pagos com o trânsito em julgado da impugnação.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Créditos quirografários que tenham o valor ou a classificação contestada por qualquer parte interessada, nos termos da Lei de Recuperação de Empresas e Falência ("LRE"), somente terão o pagamento suspenso se houver decisão judicial suspendendo os efeitos da classificação ou do valor do crédito.
- Os credores retardatários serão pagos nas mesmas condições dos Credores Quirografários, não tendo direito aos rateios já eventualmente realizados.

(e) Classe IV - Credores de Microempresas ("ME") e Empresas de Pequeno Porte ("EPP")

Os créditos de ME e EPP receberão uma parcela inicial de até R\$ 15 mil, em até 30 dias a partir da Homologação do PRJ, sempre respeitado o valor do crédito de cada credor ME e EPP.

O saldo remanescente do crédito, após o pagamento da parcela inicial, será pago pelo Grupo Enseada, de acordo com as seguintes alternativas e a critério do Credor ME e EPP:

- i. Com desconto de 75% do valor do crédito: pagamento do saldo em 12 parcelas iguais e anuais, sendo a primeira paga em até 36 meses do pagamento da parcela inicial; e
- ii. Com desconto de 95% do valor do crédito: pagamento do saldo em 3 parcelas iguais e anuais, sendo a primeira paga em até 12 meses do pagamento da parcela inicial e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

Essas parcelas serão corrigidas pela TR, a partir de 4 de outubro de 2019 (data da distribuição do pedido de recuperação judicial), sendo que a correção total apurada nos respectivos períodos será paga apenas com a última parcela.

Somente serão pagos os créditos de ME e EPP constantes da Lista de Credores e, na hipótese de majoração de qualquer crédito ou inclusão de novo crédito de ME e EPP, em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o valor adicional será pago de forma proporcional nas parcelas remanescentes. Caso todas as parcelas dos créditos de ME e EPP já tenham sido pagas, o valor adicional decorrente da majoração de qualquer crédito ME e EPP ou da inclusão de novo crédito ME e EPP será pago de acordo com as alternativas indicadas anteriormente, no prazo de até 60 meses a contar do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Créditos de ME e EPP que tenham o valor ou a classificação contestada por qualquer parte interessada, nos termos da LRE, somente terão o pagamento suspenso se houver decisão judicial suspendendo os efeitos da classificação ou do valor do crédito.

(f) Subordinação dos créditos de partes relacionadas

O Grupo Enseada se obriga a fazer com que todos os créditos detidos por seus atuais acionistas, diretos e indiretos, abrangidos no Plano, sejam pagos apenas após a integral quitação de todos os credores sujeitos ao plano, não sendo feita, inclusive, nenhuma distribuição de dividendos para estes acionistas enquanto não quitada a dívida concursal e extraconcursal reestruturada.

(g) Cascata de pagamentos ("Waterfall de pagamentos")

De acordo com a Cascata de Pagamentos, a dívida reestruturada será paga da seguinte forma: Todos os recursos disponíveis no caixa das Recuperandas, verificados no último dia de cada exercício, com base nas demonstrações contábeis auditadas da Enseada deverão, em até 180 dias, serem considerados para distribuição pro rata para a amortização da dívida reestruturada e consequente pagamento dos Créditos com Garantia Real e Credores com Créditos Extraconcursais Reestruturados detidos pelos Credores com Garantia Real (Classe II) e Créditos Quirografários (Classe III), cujo pagamento deverá ser realizado até o dia 30 de junho de cada ano.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes recursos a serem distribuídos serão calculados de acordo com a seguinte fórmula (maiores detalhes quanto à forma de cálculo da Cascata de Pagamentos estão descritos no Anexo 1.7 do PRJ disponibilizado no site do administrador judicial):

- (+) Saldo de caixa e equivalentes de caixa
- (-) Despesas gerais e administrativas de manutenção das atividades, cabível apenas na hipótese em que o saldo acumulado da Reserva Técnica for inferior a R\$ 100 milhões
- (-) Impostos e tributos relacionados à atividade, incluindo passivo fiscal existente
- (-) Passivos trabalhistas, na forma e limites estipulados no PRJ
- (-) Saldo de adiantamento de clientes
- (-) Saldo acumulado da Reserva Técnica
- (=) Resultado para Fins de Partilha

O Resultado para Fins de Partilha será distribuído até o último dia do primeiro semestre de cada exercício, de acordo com a seguinte forma:

- 55% para os Credores com Garantia Real e Credores com Créditos Extraconcursais Reestruturados detidos pelos Credores com Garantia Real;
- 15% para os Credores Quirografários; e
- 30% destinado a uma conta de Reserva Técnica das Recuperandas.

Adicionalmente, informamos que a Reserva Técnica refere-se a parcela do Resultado para Fins de Partilha que será destinado às Recuperandas, necessária para cobrir eventuais contingências, despesas correntes ou investimentos necessários para execução do Plano de Negócio e da sustentabilidade da Companhia.

3.1.3 Alienação compulsória das UPI's

O Grupo Enseada procederá à organização e estruturação das UPI's, podendo ser mediante a constituição ou utilização de uma ou mais sociedades de propósito específico, organizadas sob a forma de sociedades por ações, as quais serão alienadas, no prazo máximo de 4 anos após a Homologação do PRJ, sem que o adquirente suceda às Recuperandas em quaisquer dívidas, contingências e obrigações, nos termos dos arts. 60 e 142 da LRE.

Os marcos mais relevantes a serem destacados no Cronograma do processo de estruturação e alienação das UPI's descrito no Anexo 1.10 do Plano são os seguintes:

<u>Prazo</u>	<u>Principais marcos</u>
Em até 3 anos	Deverá ser realizado leilão de venda da UPI prioritária, a qual deverá ser identificada pelas Recuperandas e em conjunto com a empresa de avaliação contratada.
Em até 4 anos	Deverá ser realizado o leilão de venda das demais UPI's.

Serão vertidos à UPI Porto, à UPI Industrial e à UPI Estaleiro os ativos fixos representativos, bem como as dívidas, nas proporções a serem definidas em laudo de avaliação elaborado por empresa contratada para esse fim, e obrigações de pagamento previstas no Plano para Credores com Garantia Real, Credores com Créditos Extraconcursais Reestruturados e Credores Quirografários que optarem pelas Opções A ou C, mantidas as condições de pagamento previstas no Plano.

Os recursos provenientes da venda das UPI's serão destinados aos pagamentos dos créditos detidos pelos Credores com Garantia Real, Credores com Créditos Extraconcursais Reestruturados e pelos Credores Quirografários que aderirem a Opção C de pagamento ("Credores UPI").

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os Credores com Garantia Real e Credores com Créditos Extraconcursais Reestruturados terão o direito de receber os Bônus de Subscrição que serão emitidos pela Enseada, os quais conferirão a eles o direito de subscrever novas ações de emissão da Enseada ("Bônus de Subscrição Enseada").

Os Bônus de Subscrição Enseada serão emitidos no prazo de até 20 meses após a Homologação do PRJ, tornando-se imediatamente exigível a sua emissão na hipótese de encerramento antecipado da Recuperação Judicial.

A Companhia emitirá Bônus de Subscrição Enseada que serão entregues para cada um dos Credores com Garantia Real e Credores com Créditos Extraconcursais Reestruturados, sendo que cada Bônus de Subscrição dará ao seu titular o direito de adquirir determinada quantidade de ações ordinárias representativas do capital da Enseada desde que a UPI Porto, a UPI Industrial e a UPI Estaleiro não sejam constituídas em 42 meses contados da data de Homologação Judicial deste Plano.

- 3.2 Recuperação judicial da Novonor Participações e Engenharia S.A. - em Recuperação Judicial ("NPE") - atual razão social da Odebrecht Participações e Engenharia S.A. - em Recuperação Judicial, em litisconsórcio ativo com sua controladora direta Novonor S.A. - em Recuperação Judicial ("Novonor"), suas controladoras indiretas ODBINV S.A. - em Recuperação Judicial ("ODBINV") e Kieppe Participações e Administração Ltda. - em Recuperação Judicial ("Kieppe") e algumas controladas diretas e indiretas da Novonor

Em junho de 2019, algumas empresas do Grupo Novonor distribuíram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Os principais eventos relacionados às fases processuais da Recuperação Judicial são os seguintes:

Data	Principais eventos
Em 17 de junho de 2019	Ajuizamento da Recuperação Judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
Em 18 de junho de 2019	Deferimento do processamento da recuperação judicial do Grupo Novonor.
Em 18 de junho de 2019	O Juízo da Recuperação Judicial nomeou a Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda. para exercer a função de administrador judicial do Grupo Novonor.
Em 26 de agosto de 2019	A NPE, em cumprimento ao prazo legal, juntamente com as demais recuperandas protocolou a versão preliminar do plano de recuperação judicial, assim como do laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos.
Em 4 de dezembro de 2019	Convocação da primeira AGC das recuperandas. O quórum de instalação foi apurado de forma individual em relação a cada uma das recuperandas, de forma que, em primeira convocação, não foram instaladas as AGCs de algumas recuperandas, e as que foram, acabaram por ser suspensas.
Em 10 de dezembro de 2019	Instalação das AGCs das recuperandas que ainda não haviam sido instaladas, sendo que todas as AGCs foram novamente suspensas. Na sequência, houve mais algumas suspensões de AGCs para continuidade das negociações em torno dos planos de recuperação judicial.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Data	Principais eventos
Em 22 de abril de 2020	A AGC de todas as recuperandas foi retomada. Para a NPE e algumas outras recuperandas, deliberou-se nova suspensão. Para as demais, deliberou-se a respeito da consolidação substancial, com o resultado de que os credores da controladora direta Novonor, das controladoras indiretas ODBINV e Kieppe e de outras recuperandas deliberaram pela consolidação substancial e os credores de algumas outras recuperandas deliberaram pela não consolidação substancial. Na sequência, o Plano de Recuperação Judicial Consolidado ("Plano Consolidado") foi aprovado com quórum superior a 80% na Classe 3 e de 100% nas demais classes e os planos de recuperação individual de cada recuperanda não consolidada foram aprovados por 100% dos respectivos credores presentes na AGC.
Em 27 de julho de 2020	O Plano Consolidado foi homologado, com modificação de determinadas cláusulas. Os planos individuais de algumas recuperandas que foram aprovados na mesma data, também foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial.
Ao longo do segundo semestre de 2020 e do ano de 2021	Algumas outras recuperandas tiveram seus planos individuais de recuperação judicial aprovados em AGCs subsequentes e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Até o momento, a NPE e uma outra recuperanda do Grupo Novonor não tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados e permanecem negociando junto aos respectivos grupos de credores.

Atualmente, em AGC realizada em 13 de abril de 2022, os credores da NPE e da outra recuperanda, deliberaram pela suspensão da AGC até o dia 2 de junho de 2022 (Nota 34.1).

3.3 Reestruturação operacional

No final de 2021, o cenário de prejuízo foi revertido em função do registro dos efeitos do PRJ. Entretanto, o Grupo continua implementando medidas em busca do seu reposicionamento estratégico e conquista de novos contratos com vistas à manutenção de suas operações. Dentre as medidas adotadas pela Administração estão:

- i. Adoção de medidas mais restritivas à gestão do fluxo de caixa, associada a uma forte e contínua redução dos custos administrativos e operacionais.
- ii. Prospecção de oportunidades de negócios para a utilização dos ativos já concluídos, além do monitoramento das condições dos mercados nacional e internacional com vistas à viabilidade de conquista de novos contratos e para decidir sobre o momento oportuno de retomada de eventuais obras residuais do estaleiro.
- iii. Diversificação dos negócios da Enseada com base na análise de oportunidades no setor de logística e industrial, visando a utilização adicional e um melhor aproveitamento das suas instalações na Bahia, proporcionando a geração de receita incremental.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- iv. Reestruturação ordenada dos passivos da Companhia, por meio de um processo de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 2021.

A Companhia possui um Plano de Negócios, aprovado pela diretoria, que abrange diversos segmentos de mercado, como operações portuárias/logísticas e produção industrial, além de seu *core business* - a construção naval e *offshore* e de embarcações militares, e que apresenta ações definidas para conquista de determinada quantidade de contratos para construção e integração de módulos de *Floating Production Storage and Offloading* ("FPSOs") e de outros tipos de embarcação ao longo dos próximos anos. Além disto, faz parte desse Plano de Negócios a diversificação do uso das instalações industriais na Bahia, que deverá contribuir como fonte de receita nos próximos anos, assim como também foram contemplados os potenciais impactos do PRJ. Tomando por base a expectativa de captação desses novos negócios, a Administração da Enseada preparou análise detalhada com a projeção de resultados até 2048, de modo a consubstanciar as premissas de continuidade operacional da Enseada.

A Enseada tem entregue diversas propostas comerciais para diferentes clientes, tendo sido conquistados alguns contratos de serviços portuários de armazenagem e movimentação de cargas para a execução de operações de exportação de minério de ferro em 2020 e 2021.

A Administração da Companhia entende que as premissas deste plano são factíveis, estando fundadas em estudos de mercado e demanda anunciada e projetada pelo setor, mas reconhece que o seu eventual insucesso poderá ter impacto em sua premissa de continuidade. Adicionalmente, ressaltamos que o Plano de Negócios foi concebido com a premissa fundamental que o PRJ seria aprovado pelos respectivos credores, o que ocorreu em 2021.

3.4 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 204.935 (2020 - R\$ 2.602.961) na controladora e R\$ 233.497 (2020 - R\$ 2.643.962) no consolidado. Comparativamente, este excesso sofreu uma forte redução, basicamente, em função da aprovação e homologação do PRJ (Nota 3.1.1) quando ocorreu a reestruturação do passivo vencido, possibilitando o registro dos efeitos do PRJ, tal como a reclassificação parcial para o longo prazo das dívidas junto aos credores listados no PRJ do Grupo Enseada. Além disso, o desequilíbrio no capital de giro continua impactado, principalmente, pelo inadimplemento da Sete Brasil no âmbito dos Contratos EPC Sondas celebrados com as Subsidiárias Sete Brasil (Nota 9.1(b)), bem como pela crise no mercado de construção naval e *offshore* que interrompeu a demanda por novas embarcações.

Para superar os efeitos destes eventos, a Administração, de forma a conciliar o fluxo de pagamentos ao de seus potenciais ingressos operacionais, está buscando reposicionamento estratégico com foco na obtenção de novas fontes de receita para a Enseada (Nota 3.3).

3.5 Contas a receber dos Contratos EPC Sondas

A Enseada assinou com 6 Subsidiárias Sete Brasil, em agosto de 2012, 6 contratos para a construção de 6 navios-sonda ("Contratos EPC Sondas"). A interrupção, em novembro de 2014, dos pagamentos devidos pelas Subsidiárias Sete Brasil à Enseada no âmbito dos Contratos EPC Sondas, impactou negativamente o andamento deste projeto.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021, a Enseada possui montante considerável de contas a receber vencido junto a seus clientes - Subsidiárias Sete Brasil. Tendo em vista o pedido de recuperação judicial solicitado pela Sete Brasil Participações, a Enseada tem avaliado que terá perdas substanciais em relação aos citados créditos, e reconheceu no resultado do exercício, um complemento da perda por *impairment* no montante de R\$ 40.120, acumulando, até esta data, uma estimativa para cobrir eventuais perdas na realização destas contas a receber, no montante de R\$ 1.208.948 (2020 - R\$ 1.168.828).

4 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, bem como as perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 7.

4.1 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações, estão descritas nas respectivas notas explicativas onde causam impactos. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes alterações de normas entraram em vigor pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- Reforma das *Interbank offered rates* ("IBORs") - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos" e ao IFRS 4/CPC 11 - "Contratos de Seguro", cuja fase traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, com relação a:
 - (i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Relações de *hedge*: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

O Grupo analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

(b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma destas normas e não espera que essas normas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis em períodos subsequentes.

- Alteração ao IAS 16 - "Ativo imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 - "Combinação de negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos financeiros": esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos": alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 - "Adoção inicial das normas internacionais de relatórios": simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) IAS 41 - "Ativos biológicos": remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
 - Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - "Divulgação de políticas contábeis": em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
 - Alteração ao IAS 8 - "Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro": a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
 - Alteração ao IAS 12 - "Tributos sobre o lucro": a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

4.3 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

4.4 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 15.1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

5.1 Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("*impairment*") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

5.2 Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

6 Conversão de moeda estrangeira

6.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

6.2 Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica como "Resultado financeiro, líquido".

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica, conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados operacionais e posição financeira futuros poderão divergir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

7.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido; e (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e não dedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro do Grupo. Anualmente, o Grupo revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, então é feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada. Com base nesta projeção, o Grupo não constituiu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal do exercício corrente e efetuou a reversão do imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

(b) Realização dos ativos não financeiros de longo prazo

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas ("*impairment*") no ativo fixo com base em cálculos do valor em uso, efetuado com base em estimativas. Excepcionalmente, no ano de 2021, a Enseada se baseou na premissa de que o valor justo dos ativos fixos, deve ser equivalente ao valor justo das dívidas reestruturadas pelo PRJ e da parcela extraconcursal detida pela Caixa Econômica Federal. A política contábil e análise de sensibilidade foram apresentadas na Nota 16.3.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Continuidade das operações

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações do Grupo Enseada. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 14 de setembro de 2021, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 28 de outubro de 2021. Referida decisão foi publicada no dia 16 de novembro de 2021, de modo que as dívidas com fornecedores, os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial e em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação.

Em 31 de dezembro de 2021 e após o registro dos efeitos do PRJ, os saldos se apresentaram da seguinte forma, comparativamente a 31 de dezembro de 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	352.214	(555.800)	352.214	(555.800)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	908.014	(472.101)	908.014	(472.101)
Capital circulante líquido negativo	(204.935)	(2.602.961)	(233.497)	(2.643.962)

Ainda visando uma estratégia com foco em liquidez e na estabilização do Grupo, além da renegociação das dívidas mediante a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Enseada (Nota 3.1), a administração da Enseada tem buscado novos contratos em linha com seu Plano de Negócios e empreendido ações voltadas para sua atuação no mercado de construção/integração de módulos de FPSOs e para a conquista de contratos de construção naval e *offshore*, visando retomar as operações de sua planta industrial e respectivos ativos já concluídos. Além disso, a Companhia também busca oportunidades em outros mercados, com foco nos segmentos industrial e logístico, cujas estimativas ao longo dos próximos anos se baseiam em premissas que podem ou não se realizar nos termos pretendidos pela Administração (Nota 3.3).

7.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Perda ("impairment") de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são monitoradas regularmente pela Administração e baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment* leva em consideração evidências de perdas que incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros eventos relacionados aos clientes da Companhia. Detalhes sobre as perdas ("impairment") em contas a receber de clientes são apresentadas na Nota 12.

(b) Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícita, e em certos casos, implícita dos passivos.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Conforme mencionado na Nota 3.1.1, nos termos e condições do PRJ, certos saldos de fornecedores, financiamentos e provisões para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito do Grupo Enseada, foram ajustados a valor presente, utilizando a técnica do fluxo de caixa descontado, cuja taxa utilizada foi de 16,73%.

8 Reconhecimento dos efeitos da homologação do Plano de Recuperação Judicial

Como resultado da aprovação do PRJ, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal dos seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou e concluiu que os termos e condições previstos no PRJ, ora aprovados e homologados, estão em plena vigência e, conseqüentemente, os efeitos contábeis originados pela reestruturação/novação dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial estão reconhecidos nestas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos efeitos se tornaram vigentes a partir de 16 de novembro de 2021, data da publicação da referida Homologação do PRJ.

Neste contexto, a posição patrimonial e financeira da Companhia, refletidas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após o reconhecimento dos efeitos do PRJ, sofreram alterações significativas, bem como as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data.

Abaixo demonstramos o principal ajuste contábil realizado nos passivos concursais reestruturados para o reconhecimento inicial dos termos e condições previstos no PRJ aprovado e homologado, sendo este o efeito do valor justo destes passivos.

	Controladora e Consolidado					
	Classes I, III e IV Fornecedores e subempreiteiros (Nota 18)	Classe II Créditos com garantia real (Nota 19)	Classe III Adiantamentos de clientes (Nota 20)	Classes I e III Outros passivos (Nota 22)	Classe III Partes relacionadas (Nota 31)	Total
Divida reestruturada dos passivos concursais na data da homologação	1.623.115	1.594.290	560.093	22.912	139.512	3.939.922
Impacto inicial do PRJ:						
Ajuste a valor justo - ganho inicial	(1.313.283)	(1.235.352)	(526.371)	(12.285)	(138.938)	(3.226.229)
Divida reestruturada dos passivos concursais, a valor justo	<u>309.832</u>	<u>358.938</u>	<u>33.722</u>	<u>10.627</u>	<u>574</u>	<u>713.693</u>

9 Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a alguns fatores de riscos financeiros e de capital que podem impactar a sua performance e posição patrimonial. A avaliação da exposição aos riscos financeiros e de capital é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão de riscos.

9.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (especificamente, o risco cambial), risco de crédito e, especialmente, risco de liquidez.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

<u>Riscos</u>	<u>Origem da exposição</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Composição de fluxo de caixa em moedas estrangeiras
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes	Operações com instituições financeiras de primeira linha
Risco de liquidez	Baixa posição de caixa	Gestão restritiva de caixa e redução das estruturas

O Grupo pode operar com instrumentos financeiros além de equivalentes de caixa, como demais contas a receber, contas a pagar a fornecedores e subempreiteiros e financiamentos.

Instrumentos financeiros poderão ser utilizados pelo Grupo com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger os fluxos de caixa contra os efeitos de variações das taxas de câmbio sobre a exposição a moedas e flutuações das taxas de juros.

Os valores registrados no ativo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazo inferior a três meses, bem como o passivo circulante considera as obrigações com prazos de liquidação em até 12 meses.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores de realização.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada com mecanismos do mercado financeiro que possibilitam minimizar a exposição do Grupo às oscilações do mercado financeiro.

(a) Risco de mercado - risco cambial

A Companhia e sua controlada estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de operações comerciais (ativos e passivos) indexadas a moedas estrangeiras, especialmente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O Grupo administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição de fluxo de caixa em moedas estrangeiras, sempre que possível.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não possui contratos de derivativos.

(b) Risco de crédito

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito decorrem, principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, a concentração do risco de crédito está relacionada, principalmente, às contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem *ratings* fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating*, *Standard and Poor's* e *Moody's Investor*. Em 31 de dezembro de 2021, 100% dos recursos estão alocados em instituições financeiras com *rating* igual ou superior a AA+ em escala nacional, sendo que 99,8% estão alocados em instituições financeiras com classificação de risco AAA em pelo menos uma destas agências.

	Consolidado	
	2021	2020
AAA	21.360	7.768
AA+	52	59
	<u>21.412</u>	<u>7.827</u>

Com relação ao risco de crédito de clientes do Grupo, existe a exposição em relação ao contas a receber de clientes, sendo o maior volume relacionado ao risco de crédito do contas a receber com as Subsidiárias Sete Brasil que, em 31 de dezembro de 2021, possui saldo em aberto (vencidos) no montante de R\$ 1.248.957 (2020 - R\$ 1.276.265), para os quais foi reconhecida uma perda por *impairment* no valor de R\$ 1.208.948 (2020 - R\$ 1.168.828), baseada na análise de risco dos respectivos créditos. Neste cenário, permanece a incerteza relacionada ao recebimento dos créditos em aberto, o que leva a Administração da Companhia a permanecer aguardando definição das medidas de cobrança de seu crédito perante as Subsidiárias Sete Brasil.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 120 dias.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como "Perda na realização de contas a receber de clientes", no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área de Finanças que, para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros.

O Grupo está exposto ao risco de liquidez por não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, bem como por não poder contar com o suporte financeiro de seus acionistas.

Em virtude da Homologação do PRJ em 29 de outubro de 2021, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre financiamentos, foram novadas e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do Plano, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 3.1.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui recursos em reais equivalentes no valor de R\$ 21.412 (2020 - R\$ 7.827) e continua buscando incrementar sua liquidez ao longo de 2022, através de: (i) venda de ativos cuja utilização não esteja prevista no plano de negócios; (ii) monetização de outros direitos como créditos tributários; e (iii) geração operacional de caixa através de novos contratos, não apenas no setor de óleo e gás/naval, como também oriundos de outros negócios previstos no replanejamento estratégico do Grupo, conforme citado na Nota 3.3.

9.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno às outras partes interessadas, além de manter, quando possível, uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, desde que observado o plano de recuperação judicial, a Administração pode, dentre outras ações, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento com os credores do PRJ.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e dos títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A melhora no índice de alavancagem financeira em 2021 foi decorrente, principalmente, da redução da dívida líquida em razão do ajuste a valor justo dos financiamentos listados no PRJ. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser assim sumariados:

		Consolidado	
	Nota	2021	2020
Total dos financiamentos	19	625.018	1.766.494
Menos: caixa e equivalentes de caixa	11	(21.412)	(7.827)
Menos: títulos e valores mobiliários		(27)	(32)
Dívida líquida		603.579	1.758.635
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		352.214	(555.800)
Total do capital		955.793	1.202.835
Índice de alavancagem financeira		63%	146%

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

9.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano homologado em 2021 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2021, alguns dos passivos financeiros classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da novação desses passivos financeiros e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em virtude do Plano aprovado, os valores de fornecedores e financiamentos encontram-se novados e os saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições existentes, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 3.1.

10 Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	11	21.410	7.810	21.412	7.827
Contas a receber de clientes e demais contas a receber		57.902	124.202	57.902	124.202
		<u>79.312</u>	<u>132.012</u>	<u>79.314</u>	<u>132.029</u>
Ativos ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários		27	32	27	32
		<u>27</u>	<u>32</u>	<u>27</u>	<u>32</u>
Passivos ao custo amortizado					
Fornecedores e subempreiteiros	18	171.113	1.411.000	199.677	1.452.018
Financiamentos	19	625.018	1.766.494	625.018	1.766.494
Mútuos com empresas ligadas	31	351	85.371	351	85.371
Outras contas a pagar com empresas ligadas	31	223	54.141	223	54.141
		<u>796.705</u>	<u>3.317.006</u>	<u>825.269</u>	<u>3.358.024</u>

10.1 Ativos financeiros

(a) Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, pelo valor justo. A classificação subsequente depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, seja esse objetivo atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

(b) Reconhecimento e desreconhecimento

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os demais ativos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

10.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

11 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Recursos em banco e em caixa - no país	407	1.090	407	1.090
Recursos em banco e em caixa - no exterior	4.091	6.720	4.093	6.737
Depósitos bancários de curto prazo	16.912		16.912	
	<u>21.410</u>	<u>7.810</u>	<u>21.412</u>	<u>7.827</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

12 Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Contas a receber de clientes	1.266.020	1.292.543
Menos: Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(1.208.948)	(1.168.828)
	<u>57.072</u>	<u>123.715</u>
Menos parcela não circulante	(55.483)	(121.847)
Parcela circulante	<u>1.589</u>	<u>1.868</u>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo apresentado nesta rubrica de Contas a receber de clientes, refere-se, basicamente, a: (i) no ativo circulante, aos contratos de serviços portuários de armazenagem e movimentação de cargas para a execução de operações de exportação de minério de ferro e à venda de sucatas oriundas do processo produtivo da indústria naval; e (ii) no ativo não circulante, aos contratos firmados com a Petrobras Netherlands B.V. ("PNBV") para conversão de 4 navios tipo VLCC em plataformas de produção FPSOs e aos contratos com as Subsidiárias Sete Brasil para construção e fornecimento de 6 navios-sonda de perfuração de petróleo.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber das Subsidiárias Sete Brasil monta a R\$ 1.248.957, para o qual foi reconhecida uma perda por *impairment* no valor de R\$ 1.208.948.

Em relação ao saldo a receber da PNBV no montante de R\$ 15.476, após um longo período de negociações em busca de um acordo abrangente para resolver as disputas relativas ao referido contrato, em abril de 2022, foi assinado o Termo de Encerramento de Pendências ("TEP") envolvendo a Petrobras Brasileiro S.A. ("Petrobras"), PNBV, Enseada e outras empresas do Grupo Novonor que, dentre outras medidas, encerra de forma definitiva os contenciosos contratuais entre a PNBV e a Enseada oriundos do Projeto Conversões (Nota 34.2).

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Títulos a vencer		380	
Títulos vencidos:			
Até 90 dias		487	431
De 91 a 180 dias		254	808
De 181 a 360 dias		468	53
A partir de 360 dias		1.264.431	1.291.251
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(i)	(1.208.948)	(1.168.828)
Total da carteira de clientes		57.072	123.715

- (i) Refere-se a provisão para perda por *impairment* constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização das contas a receber relacionadas ao contrato da Sete Brasil, a qual foi baseada na análise de risco destes créditos, que contempla a avaliação da situação do grupo econômico ao qual pertence (Nota 3.3). A constituição desta provisão para contas a receber *impaired* foi registrada no resultado como "Perda na realização de contas a receber de clientes" (Nota 29) e, por entender que a expectativa de realização financeira desta parcela é muito remota, a Enseada: (i) contabilizou a perda pelo valor original; (ii) estornou as atualizações dos títulos em moeda estrangeira constituídas até o reconhecimento desta perda, registrando como "Resultado financeiro, líquido" (Nota 30); e (iii) parou de atualizar as contas a receber para o montante já reconhecido como *impaired*. Até o momento, a Enseada não realizou nenhuma baixa efetiva desses títulos.

Em 31 de dezembro de 2021, todo o saldo das contas a receber apresentado no ativo não circulante, está relacionado a títulos vencidos e, por este motivo não houve o reconhecimento do ajuste a valor presente das vendas.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Estoques

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Materiais de manutenção		4.651	4.632
Adiantamentos a fornecedores		9.425	10.468
Importações em andamento	(i)	1.305	1.305
Estoques de terceiros em nosso poder	(ii)	6.822	6.822
		<u>22.203</u>	<u>23.227</u>

- (i) São processos de desembaraço das compras de equipamentos.
- (ii) O saldo apresentado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2021 refere-se a equipamentos que fisicamente ainda estão no Japão para devolução ao fornecedor no âmbito de um acordo bilateral firmado entre a Enseada e seu fornecedor.

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. Estes custos são reconhecidos no resultado na medida em que os mesmos são incorridos, sendo registrados em "Custo das vendas".

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas do balanço. Quando aplicável, em caso de perda por desvalorização ("*impairment*"), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

14 Tributos e contribuições a recuperar

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Circulante			
PIS e COFINS a recuperar	(i)	5.101	11.074
ICMS a recuperar	(ii)	834	4.491
Outros		105	729
		<u>6.040</u>	<u>16.294</u>
Não circulante			
PIS e COFINS a recuperar	(iii)	201.978	202.003
ICMS a recuperar	(ii)	41.106	37.670
IPI a recuperar	(iv)	7.096	7.096
Outros		1.050	1.051
		<u>251.230</u>	<u>247.820</u>
Total dos tributos e contribuições a recuperar		<u>257.270</u>	<u>264.114</u>

- (i) Saldo classificado no curto prazo, devido à expectativa de realização que decorre, substancialmente, de créditos de PIS e COFINS apurados na aquisição de insumos, bem como de bens e serviços incorporados ao ativo imobilizado empregado no processo produtivo da unidade matriz de Maragogipe-BA que vem sendo compensado com PIS, COFINS e outros tributos federais.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O saldo refere-se a créditos de ICMS composto por valores obtidos nas compras de insumos para industrialização na unidade de Inhaúma, bem como por valores decorrentes da transferência de insumo desta unidade para o estaleiro de Paraguaçu, além de valores apurados na aquisição de ativo imobilizado para emprego no processo produtivo das unidades de Paraguaçu e São Roque.
- (iii) Saldo classificado no longo prazo, decorrente, substancialmente, de:
- a) R\$ 6.454 - saldo remanescente dos créditos de PIS e COFINS vinculados a receita de exportação, apurados, substancialmente, na aquisição de serviços empregados no processo produtivo da Companhia e que é objeto de requerimento por via administrativa de pedido de ressarcimento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo foi mantido no ativo não circulante em função da Enseada permanecer aguardando o julgamento da análise administrativa, cuja expectativa de realização tem prazo superior a 12 meses; e
 - b) R\$ 193.995 - créditos de PIS e COFINS apurados na aquisição de bens e serviços incorporados ao ativo imobilizado que serão empregados no processo produtivo da unidade matriz de Maragogipe-BA, os quais serão compensados com futuros tributos federais ou ressarcidos em espécie.
- (iv) O principal valor que compõe este saldo, no montante de R\$ 6.573, decorre da parcela ressarcível remanescente do saldo credor de IPI vinculado às operações de exportação, apurado, substancialmente, na aquisição de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem aplicados no processo produtivo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo foi mantido no ativo não circulante em função da Enseada permanecer aguardando o julgamento da análise administrativa, cuja expectativa de realização tem prazo superior a 12 meses.

15 Investimentos

O investimento em controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) e acrescido do ágio e diminuído do deságio. Quando a movimentação na investida tiver sido registrada diretamente no seu patrimônio líquido, o reconhecimento é feito, proporcional ao percentual de participação no investimento, de forma reflexa no patrimônio líquido da controladora, como outros resultados abrangentes, quando ocorrer.

O saldo apresentado nesta rubrica é composto pela participação direta detida na EEP Overseas Ltd., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

15.1 Informações sobre a controlada

	País (Sede)	Quantidade de quotas possuídas	Em 31 de dezembro de 2021		
			Participação no capital social total (%)	Passivo a descoberto	Lucro líquido do exercício
Enseada					
EEP Overseas Ltd.	Ilhas Cayman	100.000	100,00	(28.562)	12.346

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.2 Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	Provisão para perda em investimento	
	2021	2020
Em 1º de janeiro	(41.001)	(20.482)
Aporte de capital	93	
Participação nos lucros (prejuízos) de controlada	12.346	(20.519)
Em 31 de dezembro	<u>(28.562)</u>	<u>(41.001)</u>

16 Imobilizado

16.1 Movimentações durante o exercício

Nota	Controladora e Consolidado								
	Terrenos	Obras em andamento	Edificações	Benfeitorias em bens de terceiros	Instalações industriais	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Custo total	7.353	2.634.430	196.147	2.549	57.549	52.862	15.488	14.163	2.980.541
Depreciação e amortização acumulada			(5.231)	(2.319)	(3.410)	(26.596)	(15.414)	(11.020)	(63.990)
Em 1º de janeiro de 2020	<u>7.353</u>	<u>2.634.430</u>	<u>190.916</u>	<u>230</u>	<u>54.139</u>	<u>26.266</u>	<u>74</u>	<u>3.143</u>	<u>2.916.551</u>
Outras movimentações		(63)					1		(62)
Depreciação e amortização	7.353	2.634.367	186.993	(230)	(2.529)	(5.068)	(72)	(762)	(12.584)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>7.353</u>	<u>2.634.367</u>	<u>186.993</u>	<u>51.610</u>	<u>21.198</u>	<u>3</u>	<u>2.381</u>	<u>2.903.905</u>	
Custo total	7.353	2.634.367	196.147	2.549	57.549	52.862	15.475	14.163	2.980.465
Depreciação e amortização acumulada			(9.154)	(2.549)	(5.939)	(31.664)	(15.472)	(11.782)	(76.560)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>7.353</u>	<u>2.634.367</u>	<u>186.993</u>	<u>51.610</u>	<u>21.198</u>	<u>3</u>	<u>2.381</u>	<u>2.903.905</u>	
Aquisições							23	1	24
Baixas, líquidas de depreciação e amortização						(200)		(2)	(202)
Depreciação e amortização	(i)		(3.923)		(2.530)	(5.022)	(4)	(726)	(12.205)
Impairment	(ii)	(5.261)	(1.884.949)	(130.991)	(35.118)	(11.431)	(16)	(1.184)	(2.068.950)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>2.092</u>	<u>749.418</u>	<u>52.079</u>	<u>13.962</u>	<u>4.545</u>	<u>6</u>	<u>470</u>	<u>822.572</u>	
Custo total	7.353	2.634.367	196.147	2.549	57.549	51.967	15.498	14.117	2.979.547
Depreciação e amortização acumulada			(13.077)	(2.549)	(8.469)	(35.991)	(15.476)	(12.463)	(88.025)
Impairment	(5.261)	(1.884.949)	(130.991)	(35.118)	(11.431)	(16)	(1.184)	(2.068.950)	
Em 31 de dezembro de 2021	<u>2.092</u>	<u>749.418</u>	<u>52.079</u>	<u>13.962</u>	<u>4.545</u>	<u>6</u>	<u>470</u>	<u>822.572</u>	

(i) O montante de depreciação e amortização está distribuído da seguinte forma nas rubricas do resultado:

- a) R\$ 458 (2020 - R\$ 45) - "Custo das vendas";
- b) R\$ 1.878 (2020 - R\$ 547) - "Custo com ociosidade"; e
- c) R\$ 9.869 (2020 - R\$ 11.992) - "Despesas gerais e administrativas".

A Companhia e sua controlada adotam as seguintes práticas contábeis para o ativo imobilizado:

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e as perdas por redução do valor recuperável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Vida útil (anos)</u>
Edificações	50
Benfeitorias em bens de terceiros	5
Instalações industriais	14 - 25
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Outros	4 - 25

Nota: Os terrenos possuem vida útil indefinida, razão pela qual não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

16.2 Informações sobre as principais classes do ativo imobilizado

(a) Obras em andamento

O principal componente do ativo imobilizado é o saldo de obras em andamento que se refere aos gastos incorridos na construção do estaleiro naval em Maragogipe-BA, cuja obra de construção atingia 82% de progresso de execução e foi suspensa pela Enseada em 2015 devido à paralisação dos pagamentos devidos pelas Subsidiárias Sete Brasil - principais clientes do Grupo. Ainda não há previsão de retomada da construção, pois depende da Enseada firmar novos contratos para a construção ou reparo de navios.

O saldo de obras em andamento, em 31 de dezembro de 2021, é composto da seguinte forma:

- a) R\$ 2.692.779 - gastos com a construção do estaleiro;
- b) R\$ 125.837 - encargos financeiros capitalizados; e
- c) R\$ (184.249) - créditos de PIS e COFINS apurados na aquisição de materiais, equipamentos e serviços ligados ao ativo imobilizado.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As obras em andamento não são depreciadas. A depreciação se inicia quando os bens estiverem disponíveis para uso. Ao final da fase de construção, os componentes relevantes com vida útil diferente serão identificados e depreciados de acordo com a vida útil correspondente.

(b) Terrenos e edificações

Os terrenos compreendem os imóveis localizados em Maragogipe-BA, onde foi realizada a construção do estaleiro naval, cuja obra encontra-se paralisada.

O saldo da rubrica de edificações está representado pelo cais que vem sendo utilizado para desenvolver as atividades relacionadas ao segmento logístico-portuário por meio de operações de exportação de minério de ferro.

(c) Instalações industriais

São os equipamentos, materiais e custo de implantação de instalações industriais, que devem ser segregadas das obras civis por terem uma vida útil diferenciada, destinados ao funcionamento da atividade fim da empresa, tais como: área de estocagem de água, subestações de energia elétrica e etc.

(d) Máquinas e equipamentos

São máquinas e equipamentos de produção econômica que não apenas auxiliam na produção, mas são usadas diretamente para a realização de bens e serviços na empresa, tais como: máquinas de solda, corte e pintura, bombas, transportadores hidráulicos e esteiras rolantes, unidades evaporadoras, empilhadeiras e outros.

16.3 Teste de *impairment*

Até 31 de dezembro de 2020, a Enseada elaborou o teste anual de recuperabilidade dos seus ativos de longo prazo (ou teste de *impairment*), utilizando o conceito de Valor em Uso, que consistia em uma metodologia de desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo de um determinado ativo. Os fluxos de caixa eram ajustados pelos riscos específicos do setor através da aplicação de taxas de desconto definidas pela Administração, cujas projeções eram embasadas na demanda projetada, conforme Plano de Negócios da Enseada, que abrangia diversos segmentos de mercado, como operações portuárias/logísticas e produção industrial, além de seu *core business* - a construção naval e *offshore* e de embarcações militares.

Com a homologação do PRJ, em 28 de outubro de 2021, esta metodologia de cálculo do *impairment* do ativo fixo baseada no fluxo de caixa descontado da Companhia, se mostrou inadequada devido a certas particularidades no PRJ da Enseada.

O PRJ da Enseada foi fundamentado no conceito de que as dívidas serão pagas integralmente (quitação), por meio do valor recuperável dos ativos fixos, seja pela Cascata de Pagamentos (valor em uso dos ativos), seja por meio da venda das UPI's. Considerando essa premissa, a Administração da Enseada entende que o valor justo dos ativos fixos, deve ser equivalente ao valor presente das dívidas reestruturadas pelo PRJ e da parcela extraconcursal do financiamento do Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), sendo, portanto, o valor do ajuste do *impairment* igual a diferença entre o saldo contábil dos respectivos ativos fixos e o saldo das dívidas mencionadas calculado pelo ajuste a valor presente.

Diante deste fato, em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil do ativo imobilizado foi reduzido ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por *impairment* no montante de R\$ 2.068.950, em contrapartida ao resultado do exercício.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2021	2020
Valor Presente Líquido ("VPL")	822.572	3.023.531
(-) Valor dos ativos	(2.891.522)	(2.953.451)
Sobra (falta)	(2.068.950)	70.080
Percentual em relação ao valor dos ativos	-72%	2%

17 Intangível

17.1 Movimentações durante o exercício

	Nota	Controladora e Consolidado			
		Direitos de uso	Softwares	Intangível em formação	Total
Custo total		71.927	77.926	42.977	192.830
Amortização acumulada		(65.358)	(37.003)		(102.361)
Em 1º de janeiro de 2020		6.569	40.923	42.977	90.469
Amortização			(21)		(21)
		6.569	40.902	42.977	90.448
Custo total		71.927	77.926	42.977	192.830
Amortização acumulada		(65.358)	(37.024)		(102.382)
Em 31 de dezembro de 2020		6.569	40.902	42.977	90.448
Amortização	(i)		(7)		(7)
		6.569	40.895	42.977	90.441
Custo total		71.927	77.926	42.977	192.830
Amortização acumulada		(65.358)	(37.031)		(102.389)
Em 31 de dezembro de 2021		6.569	40.895	42.977	90.441

(i) Referente a despesa de amortização reconhecida no resultado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas".

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil (anos)
Direitos de uso	5
Softwares	5

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.2 Informações sobre as principais classes do ativo intangível

(a) Direitos de uso

As licenças de uso de tecnologias adquiridas de terceiros são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As licenças com vida útil definida são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens em 5 anos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

As licenças relacionadas à construção do estaleiro foram, integralmente, amortizadas pelo prazo de 5 anos, enquanto as licenças ligadas à operação só começarão a ser amortizadas quando o estaleiro entrar em operação.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado como despesa, quando incorridos.

(b) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* no prazo de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos no resultado como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os gastos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(c) Intangível em formação

Representado pelos gastos incorridos para a formação de tecnologia na Enseada, que engloba documentos, desenhos de engenharia, tecnologia e conhecimento necessários para a execução de projetos relacionados ao desenvolvimento da indústria naval. Este intangível em formação não é amortizado. A amortização se inicia quando os bens estiverem disponíveis para uso e ocorrerá de acordo com a vida útil correspondente.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Fornecedores e subempreiteiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Brasil		2.220	287.092	2.220	287.092
Exterior			592.406	28.564	633.424
		2.220	879.498	30.784	920.516
Não circulante					
Brasil		895.910		895.910	
Exterior		570.756	531.502	570.756	531.502
(-) Ajuste a valor justo		(1.297.773)		(1.297.773)	
		168.893	531.502	168.893	531.502
Total de fornecedores e subempreiteiros		171.113	1.411.000	199.677	1.452.018
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial, líquido do ajuste a valor justo	18.1	168.893		168.893	
Fornecedores não sujeitos à Recuperação Judicial		2.220	1.411.000	30.784	1.452.018
Total de fornecedores e subempreiteiros		171.113	1.411.000	199.677	1.452.018

As contas a pagar aos fornecedores e subempreiteiros são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

18.1 Informações sobre os fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial

O saldo relativo aos fornecedores sujeitos à recuperação judicial é composto pelas dívidas que foram novadas e reestruturadas nos termos e condições do PRJ e estão relacionadas aos credores trabalhistas, quirografários e ME/EPP - Classes I, III e IV, respectivamente.

Adicionalmente, a Enseada possui uma dívida com a PNBV, no montante de R\$ 570.756 (equivalentes a US\$ 102.277 mil), em função da sub-rogação do contrato com o fornecedor COSCO Dalian Shipyard Co., Ltd. ("COSCO") para a PNBV, ocasionada pelas circunstâncias de finalização do contrato de conversão de 4 navios *Verry Large Crude Carriers* ("VLCCs") em 4 cascos de unidades de FPSOs ("Projeto Conversões"), quando o cliente PNBV, dentre outros pontos, demandou a entrega antecipada das referidas unidades em diferentes estágios de conclusão.

Em função da liquidação desta dívida com a PNBV estar sendo discutida em uma agenda mais ampla com o cliente, para apuração dos valores definitivos detidos pelas partes, que inclui diversos pleitos e serviços adicionais questionados e ainda não registrados nas demonstrações contábeis da Enseada, em 31 de dezembro de 2021, esta dívida ainda é considerada uma obrigação ilíquida. Tão logo seja tornado o valor líquido, este saldo devedor será pago nos termos e condições de pagamento dos Credores da Classe III, previstos no PRJ do Grupo Enseada. Entretanto, após um longo período de negociações, em abril de 2022, foi assinado o TEP envolvendo a Petrobras, PNBV, Enseada e outras empresas do Grupo Novonor que, dentre outras medidas, encerra de forma definitiva os contenciosos contratuais entre a PNBV e a Enseada oriundos do Projeto Conversões, cujo valor será pago nos termos e condições previstas para os credores quirografários do PRJ do Grupo Enseada, após a respectiva habilitação no processo (Nota 34.2).

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em virtude do Plano aprovado, os saldos novados (inclusive a dívida com a PNBV) foram recalculados de acordo com os termos e condições existentes, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida e foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursais, equivalente ao valor presente na data da homologação do PRJ, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro. Na data da homologação do PRJ, o registro inicial do impacto contábil do ajuste a valor justo dos fornecedores foi equivalente a R\$ 1.313.283 (Nota 8). Em 31 de dezembro de 2021, este valor foi reduzido pelo efeito da variação cambial no montante de R\$ 15.510, cujo saldo atualizado monta a R\$ 1.297.773, o qual está contabilizado em contrapartida ao resultado do exercício, na rubrica de "Resultado financeiro, líquido". Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 3.1.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado no passivo não circulante está relacionado às dívidas dos fornecedores listados no PRJ, substancialmente composto pela totalidade dos créditos quirografários.

18.2 Composição das contas a pagar a fornecedores

A composição das contas a pagar a fornecedores, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	146	1.738	146	1.738
De 91 a 180 dias	22	277	22	277
De 181 a 360 dias	990	87	990	87
A partir de 360 dias	811	1.408.773	29.375	1.449.791
Títulos a vencer	1.466.917	125	1.466.917	125
Ajuste a valor justo	(1.297.773)		(1.297.773)	
Total da carteira de fornecedores	171.113	1.411.000	199.677	1.452.018

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado no passivo não circulante sofreu substancial redução em função do registro do ajuste a valor justo das dívidas dos fornecedores da recuperação judicial, as quais passaram a ser apresentadas na rubrica de "Títulos a vencer" em função da novação deste passivo concursal.

19 Financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Circulante		
Financiamentos	239.186	1.766.494
Não circulante		
Financiamentos	1.621.184	
(-) Ajuste a valor justo	(1.235.352)	
	385.832	
Total dos financiamentos	625.018	1.766.494

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia adotou a opção de valor justo com relação ao registro dos compromissos de financiamentos, no momento da reclassificação dos passivos financeiros que foram originados pela reestruturação/novação dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial. O valor justo de cada um dos passivos financeiros foi calculado com base em uma avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e as premissas relativas a taxas de desconto, consistente com o prazo e a moeda desses passivos financeiros.

O ajuste a valor justo reconhecido no balanço patrimonial com relação a cada passivo financeiro novado é registrado no resultado, em base anual, ao longo do prazo de maturação do passivo financeiro.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

19.1 Informações sobre os financiamentos

Em 31 de julho de 2013, a Enseada firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Brasil S.A. ("BB") e a Caixa Econômica Federal ("CEF"), bancos repassadores dos recursos do Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), cujas liberações de recursos totalizaram R\$ 950.000, o qual foi aditivado em fevereiro de 2018, contemplando a renegociação da dívida junto aos bancos financiadores e a customização do fluxo de pagamentos. A partir de janeiro de 2019, a Enseada deixou de realizar a quitação dos valores relativos às parcelas.

Neste contexto, em 4 de outubro de 2019, o Grupo Enseada ajuizou o pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 9 de outubro de 2019, aprovado na AGC de 14 de setembro de 2021 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 28 de outubro de 2021.

Esta dívida junto ao BB e CEF foi listada no processo de recuperação judicial do Grupo Enseada, cujo saldo compõe, exclusivamente, os créditos da Classe II, sendo que:

- (i) O BB aderiu ao Plano com a totalidade dos seus créditos com garantia real e créditos extraconcursais; e
- (ii) A CEF teve sua parcela concursal reestruturada pelo Plano. Uma parte da sua dívida vinculada a garantia de equipamentos da Enseada não está sujeita ao Plano, mantendo-se como crédito extraconcursal, que permanece sendo atualizado com base nas condições originais do contrato e, diante da situação de inadimplência prevista na cláusula contratual das garantias, esta dívida está classificada no passivo circulante. A qualquer tempo, a instituição financeira poderá vir a aderir ao Plano com a totalidade de seus Créditos Não Sujeitos para recebê-los na forma prevista nas condições e termos do Plano, mantendo-se hígidas todas as garantias detidas por esses credores em caso de adesão.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em virtude do Plano aprovado, os saldos novados dos financiamentos foram recalculados de acordo com os termos e condições existentes, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida e foram ajustados ao valor justo na data da novação dos passivos concursais, equivalente ao valor presente na data da homologação do PRJ, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda de cada passivo financeiro. O impacto contábil do ajuste a valor justo dos financiamentos no montante de R\$ 1.235.352 foi registrado em contrapartida ao resultado do exercício, na rubrica de "Resultado financeiro, líquido". Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 3.1.

19.2 Movimentação dos financiamentos

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Saldo inicial		1.766.494	1.612.967
(+) Adição de juros	(i)	111.948	126.980
(+/-) Adição (estorno) de juros e multa de mora	(ii)	(18.072)	22.993
(-) Ajuste a valor justo	(iii)	(1.235.352)	
(+) Amortização dos custos de transação			3.554
Saldo final		625.018	1.766.494

- (i) Decorre do efeito líquido dos seguintes eventos: (i) provisão dos encargos do crédito extraconcursal da CEF, atualizado com base nas condições originais do contrato; (ii) provisão dos encargos do crédito concursal da Classe II, atualizado com base nas condições do PRJ, desde a data do pedido de recuperação judicial; e (iii) reversão dos encargos que haviam sido provisionados com base nas condições originais dos contratos do BB e da CEF, desde a data do pedido de recuperação judicial.
- (ii) Refere-se ao efeito líquido dos seguintes eventos: (i) provisão dos juros e multa de mora do crédito extraconcursal da CEF, com base nas condições originais do contrato; e (ii) reversão dos juros e multa de mora que haviam sido provisionados com base nas condições originais dos contratos do BB e da CEF, desde a data do pedido de recuperação judicial (Nota 30).
- (iii) Equivalente ao ajuste a valor justo na data da Homologação do PRJ, calculado com base em avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e premissas relacionadas às taxas de desconto, consistentes com o vencimento e a moeda deste passivo financeiro.

19.3 Composição do passivo não circulante por ano de vencimento

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado no passivo não circulante está relacionado às dívidas concursais dos credores com garantia real listados no PRJ.

O montante dos financiamentos classificado como não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
2023	1.163	
2024	1.403	
2025 em diante	1.618.618	
(-) Ajuste a valor justo	(1.235.352)	
	385.832	

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Adiantamentos de clientes

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Circulante		
Adiantamentos de clientes	4.198	650
Não circulante		
Adiantamentos de clientes	560.093	560.959
(-) Ajuste a valor justo	(526.371)	
	33.722	560.959
Total de Adiantamentos de clientes	37.920	561.609

O montante significativo desta rubrica está apresentado no passivo não circulante e refere-se a valores antecipados pelo cliente PNBV que tiveram como objetivo dar continuidade aos trabalhos de conclusão do projeto de conversão das FPSOs. Para isso, as partes acordaram a implantação do mecanismo de “Conta Reembolso”, através do qual ocorreu o reembolso de gastos e despesas aprovados antecipadamente pelo cliente e registrados nesta rubrica de “Adiantamentos de clientes”.

Em função da liquidação desta dívida com a PNBV estar sendo discutida em uma agenda mais ampla com o cliente, para apuração dos valores definitivos detidos pelas partes, que inclui diversos pleitos e serviços adicionais questionados e ainda não registrados nas demonstrações contábeis da Enseada, em 31 de dezembro de 2021, esta dívida ainda é considerada uma obrigação ilíquida. Entretanto, após um longo período de negociações, em abril de 2022, foi assinado o TEP envolvendo a Petrobras, PNBV, Enseada e outras empresas do Grupo Novonor que, dentre outras medidas, encerra de forma definitiva os contenciosos contratuais entre a PNBV e a Enseada oriundos do Projeto Conversões, cujo valor será pago nos termos e condições previstas para os credores quirografários do PRJ do Grupo Enseada, após a respectiva habilitação no processo (Nota 34.2).

Em 31 de dezembro de 2021, os adiantamentos recebidos do cliente PNBV foram recalculados de acordo com os termos e condições do referido Plano, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação, gerando o registro contábil do ajuste a valor justo no montante de R\$ 526.371, em contrapartida ao resultado do exercício, na rubrica de “Resultado financeiro, líquido”.

Os adiantamentos de clientes são classificados como passivo não circulante, baseado no cronograma de pagamentos do PRJ, o qual se dará em prazo superior a 12 meses após a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo apresentado no passivo não circulante está relacionado à dívida com o cliente PNBV, a qual segue as condições do PRJ.

21 Provisões

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

A Enseada mantém classificado no passivo não circulante a totalidade das provisões devido à expectativa de liquidação ser superior a 12 meses.

21.1 Composição da provisão por classe

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Trabalhistas	13.615	14.491
Cíveis	228	97
	<u>13.843</u>	<u>14.588</u>

A Enseada é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, cuja probabilidade de perda é provável. Esses processos estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, aos quais, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais, que podem vir a ser restituídos na hipótese de êxito da Companhia. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados de subcontratados e ex-empregados da Enseada que estavam alocados no Projeto Conversões, em Inhaúma, no Projeto Sondas e na construção do estaleiro em Maragogipe-BA.
- Ações cíveis - execução judicial movida contra a Enseada relacionada a disputa de subcontrato do Projeto Conversões.

Na opinião da administração, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2021.

21.2 Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível, trabalhista e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Ambientais	(i)	3.091	5.999
Trabalhistas	(ii)	11.333	9.977
Cíveis	(iii)	169.322	142.680
Tributárias	(iv)	122.578	101.790
		<u>306.323</u>	<u>260.446</u>

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Autos de infração lavrados no período de 2014 a 2018, decorrentes de reclamações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ("ICMbio") sob alegação de danos aos ecossistemas de Maragogipe-BA.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021, a provisão corresponde a 86 processos de natureza trabalhista (2020 - 100 processos) e decorre de processos relacionados a ex-empregados da Companhia e de ex-empregados de subcontratadas da Companhia. Há também reclamações que foram ajuizadas em razão do grande número de demissões ocasionadas pelo encerramento das atividades no estaleiro Inhaúma e paralisação da operação no estaleiro Paraguaçu. Os assessores jurídicos da Companhia estimam que o prazo para a conclusão de processos dessa natureza, no Brasil, seja superior a 1 ano. As estimativas a respeito das conclusões dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em função de novas decisões dos tribunais superiores.
- (iii) Representado por ações ordinárias de cobrança movidas pela Petrobras no valor de R\$ 10.398 e por ações coletivas movidas pelos pescadores da região do estaleiro Paraguaçu no montante de R\$ 100.913, além de outros processos judiciais cíveis movidos contra a Enseada no período de 2014 a 2021 que totalizam R\$ 52.011.
- (iv) O saldo está relacionado, substancialmente, a:
 - a) R\$ 5.505 - autos de infração lavrados no período de 2019 e 2020 pelas Secretarias da Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia;
 - b) R\$ 65.141 - despacho decisório emitido pela RFB que não homologou as compensações realizadas pela Enseada nas GFIPs - Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social de 2014 e 2016. Neste período, a Companhia estava sujeita à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB") e as compensações foram realizadas conforme a legislação vigente, para afastar a cobrança do INSS-Folha, uma vez que este tributo foi substituído pela CPRB;
 - c) R\$ 15.543 - auto de infração lavrado pela RFB para cobrança do PIS-Importação, COFINS-Importação e multa regulamentar, em razão de ter entendimento de que algumas mercadorias adquiridas pela Enseada não estavam amparadas pelo benefício fiscal do RECAP - Regime especial de aquisição de bens de capital para empresas exportadoras;
 - d) R\$ 33.571 - processos administrativos lavrados pela delegacia da RFB não homologando compensações de PIS e COFINS que foram realizadas pela Enseada, para os quais, em 2019, a Companhia entrou com Manifestação de inconformidade, bem como autos de infração lavrados pela RFB relativos à multa isolada aplicada sobre o valor dos débitos objeto de declaração de compensação não homologada de PIS e COFINS contra os quais a Enseada entrou com pedido de impugnação em análise pelo referido órgão; e
 - e) R\$ 2.674 - processo administrativo lavrado pela delegacia da RFB não homologando compensações de IPI que foram realizadas pela Enseada, para o qual, em 2021, a Companhia entrou com Manifestação de inconformidade, bem como auto de infração lavrado pela RFB relativo à multa isolada aplicada sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada de IPI contra o qual a Enseada entrou com pedido de impugnação em análise pelo referido órgão.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ação civil pública

Ação civil pública no valor de R\$ 5,4 bilhões ajuizada em janeiro de 2017 pelo MPF contra a União Federal, Estado da Bahia, IBAMA, ICMBio e diversas empresas, dentre as quais a Enseada e sua controladora indireta Novonor, requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 12.058/2009 que alterou os limites territoriais da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape e a condenação solidária dos réus a recuperar ou compensar os supostos danos socioeconômicos, socioambientais, sociais e morais coletivos alegadamente causados pela implantação do estaleiro. De acordo com os assessores jurídicos, apesar do valor atribuído à causa, a pretensão econômica do MPF na ação em si é ilíquida e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, tendendo a remota.

Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

As ações classificadas como perdas possíveis que são sujeitas à recuperação judicial ainda são consideradas como obrigações ilíquidas e incertas e, por este motivo, não foram listadas na recuperação judicial do Grupo Enseada, devendo vir a ser reestruturadas no concurso de credores da recuperação judicial, caso haja condenações definitivas.

22 Outros passivos

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Circulante			
Obrigações trabalhistas	(a)	3.984	
Não circulante			
Obrigações trabalhistas	(a)	5.856	
Compensação ambiental	(b)	13.072	13.952
(-) Ajuste a valor justo	(b)	(12.285)	
		6.643	13.952
Total de Outros passivos		10.627	13.952

(a) Obrigações trabalhistas

O saldo apresentado considera os valores referentes aos processos administrativos e judiciais que foram incluídos na lista de credores trabalhistas da recuperação judicial da Companhia, cujas dívidas foram novadas e reestruturadas nos termos e condições do PRJ - Classe I. Esta lista de credores pode vir a ser alterada no decurso do processo de recuperação judicial. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 3.1.

O saldo relativo às obrigações trabalhistas encontra-se classificado no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de liquidação, se inferior ou superior a 12 meses, respectivamente.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Compensação ambiental

Refere-se a contas a pagar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ("ICMBio") e à Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia ("SEMA") - órgãos federal e estadual de meio ambiente, respectivamente, que está relacionada à obrigatoriedade do pagamento da Compensação Ambiental por utilização de recursos naturais decorrentes da implantação do estaleiro Paraguaçu, correspondente à condicionante 2.4 da Licença de Instalação (LI nº 737/2010, renovada em 2014) do mencionado empreendimento, conforme o art. 36 da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

De acordo com esta legislação, em razão do impacto ambiental decorrente das atividades de implantação do estaleiro naval da Bahia e por ser considerado empreendimento de grande porte e significativo impacto ambiental, a Enseada é obrigada a apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação. O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento com base no seu Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. No caso da Enseada, o valor original definido monta a R\$ 10.045 e foi atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, a partir de 29 de setembro de 2014 (data da sua definição) até 4 de outubro de 2019 (data do pedido de recuperação judicial).

Em virtude da Homologação do PRJ, as obrigações com o ICMBio e SEMA encontram-se novadas e os saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições existentes no Plano - Classe III, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida, gerando o registro contábil do ajuste a valor justo no montante de R\$ 12.285. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 3.1.

O saldo relativo às obrigações com o ICMBio e SEMA está apresentado no passivo não circulante, em função da expectativa de liquidação ter prazo superior a 12 meses.

23 Incentivos fiscais

23.1 ISS - Maragogipe-BA

A Lei Municipal nº 007/2019 de 11 de março de 2019, juntamente com a Lei Municipal nº 008/2020 de 17 de julho de 2020, alteraram a Lei Complementar nº 027/2003 - Código Tributário e de Rendas do Município de Maragogipe-BA, concedendo o benefício fiscal de redução do Imposto sobre serviços de qualquer natureza ("ISS") para a alíquota de 2% a ser aplicada nos serviços tomados e/ou prestados por/às empresas inscritas nos CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas especificados nestas leis municipais, bem como nos serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

Com esta alteração, para os serviços em que a Enseada (Matriz - Unidade Paraguaçu) seja responsável pela retenção/recolhimento do ISS, os mesmos serão tributados à alíquota de 2%.

24 Imposto de renda e contribuição social

24.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores para compensação futura são os seguintes:

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	(47.902)	(48.132)
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado após 12 meses	47.902	48.132
Passivo (ativo) de imposto diferido, líquido		

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Em 1º de janeiro		
Variações cambiais	(33.610)	(87.750)
Encargos capitalizados	(230)	
Prejuízos fiscais	(28.900)	138.388
Provisões	62.740	(50.638)
Em 31 de dezembro		

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	Ativo de imposto diferido				Passivo de imposto diferido	
	Provisões	Variação cambial diferida	Prejuízos fiscais	Total	Encargos capitalizados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	(33.492)	(54.795)	40.155	(48.132)	48.132	48.132
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(50.638)	(87.750)	138.388			
Em 31 de dezembro de 2020	(84.130)	(142.545)	178.543	(48.132)	48.132	48.132
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	62.740	(33.610)	(28.900)	230	(230)	(230)
Em 31 de dezembro de 2021	(21.390)	(176.155)	149.643	(47.902)	47.902	47.902

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, no Brasil, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

24.2 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados sobre o lucro tributável, nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 20 mil por mês e de 9%, respectivamente, levando em consideração a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

24.3 Reconciliação dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social no resultado

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	908.015	(472.101)
Imposto de renda e contribuição social - calculado à alíquota de 34%	(308.725)	160.514
Ajustes permanentes		
Resultado de participações societárias	4.198	(6.976)
Prejuízos fiscais acumulados - constituídos	29.014	(138.388)
Outros efeitos	(1.840)	(1.445)
Provisão corrente - diferido não constituído	393.475	3.480
Prejuízo fiscal do exercício corrente - diferido não constituído	(116.122)	(17.185)
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado		

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 438.679 (2020 - R\$ 438.679), representado por 655.765.191 (2020 - 655.765.191) ações ordinárias, distribuídas conforme quadro a seguir:

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	Quantidade de ações	%
Enseada Participações	655.765.191	100,00

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas da Companhia. Essas ações são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá como titular de direitos a acionista que estiver registrada como titular das ações.

Não ocorreram movimentações na rubrica do capital social da Companhia no exercício de 2021.

25.2 Reserva de capital

(a) Reserva de ágio

A reserva de ágio no montante de R\$ 20.674 (2020 - R\$ 20.674) refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

Não ocorreram movimentações na rubrica de Reserva de ágio no exercício de 2021.

26 Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou lucro líquido no exercício, no montante de R\$ 908.014. Consoante a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação em Assembleia Geral Ordinária, o lucro do exercício foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

27 Resultado por ação - Básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. Não há efeitos diluídos.

	Consolidado	
	2021	2020
Operações continuadas		
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	908.014	(472.101)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	655.765	655.765
Resultado básico e diluído por ação - R\$	1,38	(0,72)

28 Receita de contratos com clientes

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Receita bruta de serviços		
Faturamento	50.119	4.593
Impostos sobre vendas de serviços	(4.788)	(116)
Receita Líquida	45.331	4.477

A receita faturada no exercício de 2021 está concentrada na prestação de serviços de operações portuárias voltados para a exportação de minério de ferro, realizados dentro do seu terminal portuário de uso privado, localizado no município de Maragogipe-BA (Nota 2.1), cuja receita é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Quando aplicável, a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada contrato.

29 Despesas por natureza

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Gastos com pessoal	(i)	(36.423)	(21.211)	(36.423)	(21.212)
Consultorias		(3.354)	(3.784)	(3.390)	(3.847)
Serviços de operação portuária	(ii)	(14.753)	(223)	(14.753)	(223)
Gastos com materiais		(809)	(2.620)	(809)	(2.620)
Gastos com viagem e transporte de pessoal		(406)	(374)	(406)	(374)
Taxas e tributos		(734)	(2.205)	(734)	(2.205)
Aluguéis, condomínios e outras despesas administrativas		(14.674)	(15.315)	(14.674)	(15.315)
Custo com ociosidade		(1.878)	(567)	(1.878)	(567)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(iii)	(40.120)	(19.370)	(40.120)	(19.370)
<i>Impairment</i> de ativo imobilizado	(iv)	(2.068.950)		(2.068.950)	
Despesas tributárias		(32)	(2)	(32)	(2)
Outros serviços de terceiros		(1.194)	(2.529)	(1.194)	(2.529)
Total dos custos das vendas, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas		(2.183.327)	(68.200)	(2.183.363)	(68.264)

- (i) Referente aos gastos com mão de obra própria tais como os valores referentes a salários, encargos e benefícios aos empregados da Companhia (Nota 32), bem como gastos com serviços de mão de obra terceirizada.
- (ii) A evolução em 2021 nesta rubrica decorre, substancialmente, do aumento na contratação de serviços de capatazia e estiva, em apoio à operação portuária realizada na Unidade Paraguaçu.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Refere-se ao complemento da perda por *impairment* constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização das contas a receber relacionadas aos contratos das Subsidiárias Sete Brasil, a qual foi baseada na análise de risco destes créditos, que contempla a avaliação da situação do grupo econômico ao qual pertence (controladora Sete Brasil Participações S.A. - em Recuperação Judicial) (Nota 12).
- (iv) Refere-se ao registro da perda por *impairment* constituída com base na premissa de que o valor justo dos ativos fixos, deve ser equivalente ao valor justo das dívidas reestruturadas pelo PRJ (Nota 16.3).

30 Resultado financeiro, líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras					
Variação cambial ativa	(i)	(25.962)	24.936	(25.960)	24.940
Outras receitas financeiras		156	15	156	15
Ajuste a valor justo	(ii)	3.226.229		3.226.229	
		<u>3.200.423</u>	<u>24.951</u>	<u>3.200.425</u>	<u>24.955</u>
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos		(111.948)	(126.980)	(111.948)	(126.980)
Variação monetária passiva		880	(566)	880	(566)
Variação cambial passiva		(72.942)	(279.133)	(60.560)	(299.592)
Comissão, juros e multa de mora sobre financiamentos	(iii)	18.072	(22.993)	18.072	(22.993)
Outras despesas financeiras		(1.616)	(3.697)	(1.618)	(3.697)
		<u>(167.554)</u>	<u>(433.369)</u>	<u>(155.174)</u>	<u>(453.828)</u>
Total resultado financeiro, líquido		<u>3.032.869</u>	<u>(408.418)</u>	<u>3.045.251</u>	<u>(428.873)</u>

- (i) O efeito negativo da variação cambial ativa deve-se, substancialmente, ao estorno das atualizações dos títulos em moeda estrangeira constituídas até o reconhecimento da perda na realização do contas a receber de clientes - das Subsidiárias Sete Brasil.
- (ii) Refere-se ao valor justo dos passivos concursais reestruturados nos termos e condições previstos no PRJ (Nota 8).
- (iii) Refere-se ao efeito líquido dos seguintes eventos: (i) provisão dos juros e multa de mora do crédito extraconcursal da CEF, com base nas condições originais do contrato; e (ii) reversão dos juros e multa de mora que haviam sido provisionados com base nas condições originais dos contratos do BB e da CEF, desde a data do pedido de recuperação judicial (Nota 19.2).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

31 Saldos e transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.1 Saldos do fim do exercício

	Nota	Controladora e Consolidado				
		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020		
		Ativo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Fornecedores e subempreiteiros	(i)		94.872		94.872	
Mútuos com empresas ligadas	(ii)		85.371			85.371
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(iii)		27.081			17.505
Outras contas a pagar com empresas ligadas	(iv)		54.141			54.141
Outros ativos		529		529		
(-) Ajuste a valor justo						
Mútuos com empresas ligadas	(ii)		(85.020)			
Outras contas a pagar com empresas ligadas	(iv)		(53.918)			
		529	122.527	529	94.872	157.017

Os saldos com partes relacionadas classificados no passivo não circulante, com exceção dos Adiantamentos para futuro aumento de capital, estão listados na Classe III do PRJ e são demonstrados da seguinte forma:

- (i) O principal valor é composto, basicamente, por R\$ 80.472 (2020 - R\$ 80.472) - serviços de engenharia e construção do estaleiro de Maragogipe-BA prestados pelo Consórcio Estaleiro Paraguaçu, conforme contrato assinado em 17 de abril de 2013.
- (ii) Relativo ao montante de créditos remanescentes desde dezembro de 2017, dos mútuos da Novonor com a Enseada, os quais foram ajustados a valor justo, na data da novação dos passivos e estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas.
- (iii) O saldo representa recursos disponibilizados pela controladora a partir do segundo semestre de 2019, sendo R\$ 9.577 relativos ao exercício de 2021, para a Enseada honrar com o pagamento de despesas operacionais.
- (iv) Composto pelos seguintes valores, os quais foram ajustados a valor justo, na data da novação dos passivos e estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas:
 - a) R\$ 141 (2020 - R\$ 34.141) - dívidas da Enseada oriundas de empréstimos bancários, cujos montantes foram assumidos pela Novonor - avalista da operação, em 6 de outubro de 2017 e em 5 de julho de 2018; e
 - b) R\$ 82 (2020 - R\$ 20.000) - parte do crédito Enseada cedido pela Novonor para a NSP Investimento S.A. - Em Recuperação Judicial - nova razão social da OSP Investimentos S.A. - em Recuperação Judicial, cuja origem decorre da subrogação do direito de R\$ 42.236, quando, em 5 julho de 2018, a Novonor passou a ser credora da Enseada por ter efetuado, na qualidade de avalista, a liquidação do empréstimo bancário na modalidade de Conta Garantida (*Hot Money*) que havia sido contratado pela Companhia.

No âmbito do PRJ, o Grupo Enseada se obriga a fazer com que todos os créditos detidos por seus atuais acionistas, diretos e indiretos, abrangidos no Plano, sejam pagos apenas após a integral quitação de todos os Credores Sujeitos ao Plano.

Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 3.1.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, com o ajuizamento do PRJ, os valores relativos as partes relacionadas encontram-se classificados no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de liquidação, se inferior ou superior a 12 meses, respectivamente.

31.2 Transações no resultado

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	(285)	(1.568)
Total das transações	(285)	(1.568)

31.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e os membros do Comitê Executivo da Enseada, cuja remuneração paga ou a pagar por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	6.623	4.734
Benefícios pós-emprego	95	95
Outros benefícios de longo prazo	1.409	1.409
	8.127	6.238

32 Benefícios a empregados

32.1 Obrigações de aposentadoria

O Grupo é patrocinador de plano de aposentadoria de contribuição definida para seus empregados administrado pela Vexty, entidade fechada de previdência privada. A Vexty proporciona aos seus participantes o plano optativo de contribuição definida no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. O Grupo não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

32.2 Outras obrigações pós-emprego - Plano de saúde

O Grupo oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, que contribuem de forma fixa e mensal. O direito a este benefício é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. O empregado pode permanecer no plano com as mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral do plano (parte empresa + parte empregado).

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32.3 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta alguns fatores, tais como resultado, metas e indicadores de desempenho da Companhia. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

33 Seguros (não auditado)

O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Nota	Seguradora	Vigência até	Cobertura R\$ mil
Responsabilidade civil geral		Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	11/06/2022	5.000
Responsabilidade civil do operador portuário	(i)	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.	27/08/2022	30.000

(i) Apólice para coberturas para danos à embarcação e à terceiros durante movimentação de carga e descarga no terminal portuária.

34 Eventos subsequentes

34.1 Recuperação judicial da NPE e Grupo Novonor

A NPE e outra recuperanda do Grupo Novonor ainda não tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados e permanecem negociando junto aos respectivos grupos de credores.

A próxima AGC da NPE e da outra recuperanda acontecerá em 2 de junho de 2022 (Nota 3.2).

34.2 Projeto Conversões - Termo de Encerramento de Pendências com a PNBV

Em 31 de março de 2022, a Petrobras emitiu comunicado ao Mercado no qual informa que seu Conselho de Administração aprovou a celebração do Termo de Encerramento de Pendências entre a Petrobras e sua controlada PNBV e a Novonor e suas controladas Enseada e OEC S.A., com a finalidade de encerrar, em definitivo, pendências comerciais decorrentes dos serviços realizados e das obrigações assumidas no âmbito de contratos firmados entre as partes envolvidas, incluindo aquelas entre a Enseada e a PNBV relacionadas ao Projeto Conversões.

Enseada Indústria Naval S.A. - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A celebração deste acordo foi de grande importância para a Enseada, pois: (i) encerra de forma abrangente e definitiva disputas comerciais com o Grupo Petrobras, notoriamente o maior investidor em projetos *offshore* no Brasil; (ii) proporciona uma substancial redução do passivo da Companhia, e; (iii) permitirá que os esforços da Enseada sejam integralmente direcionados para a conquista de novos contratos e na implementação do PRJ.

* * *